

Investimento Público e Rendimento Escolar dos alunos do 2º ciclo: Caso da Província do Huambo de 2007 a 2012

Mário Domingos Cachicualo

Dissertação de Mestrado em Gestão

Orientação: Professor Doutor Luís Pacheco

Janeiro, 2016



UNIVERSIDADE PORTUCALENSE

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores de Angola em geral e do Huambo em particular porque nele está espelhado o sucesso e o insucesso escolar de todo o nosso trabalho e abre-nos novos horizontes para a melhoria da qualidade de ensino

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar a Deus que sempre me guiou para este trabalho. Em segundo lugar, agradeço ao Professor Doutor Luís Pacheco, meu orientador, que com o seu saber e paciência sempre esteve presente para tudo o que eu quisesse. Também agradeço aos meus dois colegas, Dr. André Relógio e Dr. Lote, que sempre me motivaram a prosseguir quando já não existia força de vontade para continuar, à minha família e colegas de trabalho que direta ou indiretamente tiveram influência positiva em mim o meu muito obrigado, sem esquecer a Direção Provincial de Educação, que anuiu sem rodeio ao meu pedido de investigação e ao Gabinete de Estatística da mesma Direção, em particular ao Dr. Marta, quadro daquela secção, o meu muito obrigado. Também para o Dr. Pedro Chivango, do Gabinete de Estatística e Planeamento do Huambo, estendo a minha gratidão pelo seu grande apoio.

RESUMO

A educação é um dos fatores fundamentais para a capacitação do capital humano e, por conseguinte, responsável pelo crescimento económico. O presente estudo procurou analisar a participação do setor público na geração e manutenção do sistema educacional do país, o que nos permite destacar a inter-relação entre educação e desenvolvimento de um país e, deste ponto de vista, o investimento em educação permite alcançar um maior nível de desenvolvimento socioeconómico e a diversificação da economia. O governo angolano necessita de investir no setor da educação, principalmente no aumento do número de salas de aulas e na colocação dos serviços próximo dos cidadãos alvo, sendo dessa forma possível desenvolver o país e diversificar a sua economia. As crianças sem educação tornar-se-ão adultos trabalhadores menos educados e menos qualificados, que por sua vez serão pais de crianças que irão começar a ir à escola, mas que para ajudar nas finanças familiares terão uma forte propensão a deixar de estudar. A transmissão intergeracional da pobreza fica clara. Países com baixo poder de compra e com níveis de rendimento insuficientes, buscam nos filhos ferramentas que agregam valor aos rendimentos familiares, mesmo que com salários de baixo valor, fazendo com que as crianças desistam das aulas. O resultado é um círculo vicioso em que a pobreza se perpetua a si mesma. No entanto, é necessário o controlo destes gastos no setor e optar por políticas que estimulem o maior aproveitamento escolar, evitando desta forma as reprovações, desistências e melhorando a pirâmide educacional que atualmente deixa muito a desejar.

ABSTRACT

Education is one of the key factors for capacity building of human capital and, therefore, responsible for economic growth. This study sought to analyze the participation of the public sector in generating and sustaining the country system of education, which allows us to highlight the inter relatedness between education and the development of a country and from this point of view, investment in education will achieve a higher level of socioeconomic development and diversification of the economy. The Angolan government needs to do much investment in this sector, especially increasing the number of classrooms and provide the necessary services to the citizens, being thus possible to develop the country and diversify its economy. Children without education will become less educated and less skilled adult workers. Then they will be the parents of children who will start going to school, but in order to help the families' finances, will have a high propensity to quit studies. The intergenerational transmission of poverty is clear. Parents with low, consider children as tools that add value to the family income, even with low-value wages, making children to quit school. The result is a vicious cycle in which poverty is perpetuated itself. However, the monitoring of spending in the sector and the policy options that encourage higher educational attainment are necessary, thus avoiding failures, dropouts and improving the educational pyramid which currently leaves much to desire.

ÍNDICE

1 Introdução	9
1.1. Enquadramento teórico	9
1.2. Problemática	10
1.3. Objetivos do estudo	10
1.4. Metodologia	11
2. Papel da educação no desenvolvimento económico de Angola	12
2.1. Introdução	12
2.2. Educação e desenvolvimento	15
2.3. Caracterização sócio-económica de Angola	19
2.4. Evolução económica recente de Angola	21
2.5. Situação do ensino em Angola	25
2.5.1. A estrutura do sistema educativo	25
2.5.2. Situação em termos de alfabetização	27
2.5.3. Situação recente ao nível do II ciclo	33
2.6. Breve caracterização sócio- económica da Província de Huambo	38
2.7. Educação na Província de Huambo	42
3. Investimento público e investimento privado na educação	53
3.1. Investimento público em Angola	53
3.2. Investimento público no Huambo	57
3.3. Investimento privado no Huambo	58
4. Análise por questionário	61
4.1. Salário do professor até 2007	62
4.2. Condições de vida do professor até 2007	63
4.3. Desempenho do professor e aproveitamento do aluno até 2007	63
4.4. Lei 03/08 de 4 março	64
4.5. Conclusões	66
Conclusão	67
Bibliografia	69
Anexo - Inquérito realizado	72

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Taxas de crescimento do PIB	22
Tabela 2 – IDH dos países da África Austral (2005)	24
Tabela 3 – Dados da alfabetização.	28
Tabela 4 - Aceleração escolar para jovens de 15 anos ou mais.....	29
Tabela 5 – Situação de alunos do I e II ciclo do Ensino Secundário	30
Tabela 6 – Posição de Angola em África segundo o PNUD (2007-2008).	31
Tabela 7 – Evolução de alunos não universitários (2001-2012).	34
Tabela 8 – Evolução de professores não universitários.....	36
Tabela 9 – Salas de aulas (2001-2010).....	37
Tabela 10 – Alunos matriculados no II ciclo e salas de aulas (2001-2010)	38
Tabela 11 - Unidades de produção industrial	40
Tabela 12 - Salas de aulas no Huambo (2006-2012).....	43
Tabela 13 - Alfabetizados por municípios no Huambo (2012)	44
Tabela 14 - Alunos matriculados no Huambo (2006-2012).....	45
Tabela 15 - Alunos matriculados na 10ª classe no Huambo (2006-2012):	46
Tabela 16 - Alunos matriculados na 11ª classe no Huambo (2006-2012).....	47
Tabela 17 - Alunos matriculados na 12ª classe no Huambo (2006-2012).....	48
Tabela 18 - Taxa de reprovação no II ciclo Huambo	50
Tabela 19 - Custo anual por aluno.....	52
Tabela 20 - Orçamento atribuído à Educação (2004-2011)	54
Tabela 21 - Salário mínimo e máximo do professor do II ciclo	55
Tabela 22 - Evolução salarial do professor (2004-2011)	57
Tabela 23 - Escolas privadas e alunos matriculados em 2014	59
Tabela 24 - Despesa com pessoal e salas de aulas no setor privado	60
Tabela 25 - Diretores e professores inquiridos.....	61
Tabela 26 - Professores por tempo de serviço.....	62
Tabela 27 - Salário do professor até 2007	62
Tabela 28 - Condições de vida do professor até 2007.....	63
Tabela 29 - Desempenho do professor e aproveitamento do aluno.....	63
Tabela 30 - Influência da Lei 03/08, de 04 de março no salário do professor	64
Tabela 31 - Benefícios da Lei 03/08.....	65
Tabela 32 - Aproveitamento escolar depois da aplicação da Lei 03/08	65

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1: Alfabetização (2004-2011)	29
Gráfico nº 2: Alunos matriculados no II ciclo (2001-2012)	34
Gráfico nº 3: Evolução do número de Professores do II ciclo (2001-2010).....	36
Gráfico nº 4: Evolução do número de salas de aulas do II ciclo (2001-2010)	37
Gráfico nº 5: Escolas e salas de aulas no Huambo (2006-2012)	43
Gráfico nº 6: Matrículas gerais no Huambo	45
Gráfico nº 7: Alunos matriculados na 10ª classe no Huambo (2006-2012)	46
Gráfico nº 8: Alunos matriculados na 11ª classe no Huambo (2006-2012)	48
Gráfico nº 9: Alunos matriculados na 12ª classe no Huambo (2006-2012)	49
Gráfico nº 10: Taxa de Reprovação.....	50
Gráfico nº 11: Orçamento Geral do Estado para a Educação	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1: Mapa de Angola e fronteiras.....	20
Figura nº 2: Mapa de Angola e localização da Província do Huambo	39
Figura nº 3: Huambo e sua divisão administrativa	41

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Constituindo o objetivo central do Executivo Angolano a formação do homem para o desenvolvimento do País e tendo em conta a missão social da escola, que é de preparar o homem para a vida, pensámos elaborar um trabalho de investigação sobre os investimentos públicos do Governo Angolano, na formação do homem novo no país. Neste trabalho pretendemos fazer uma análise profunda sobre o sucesso e insucesso Escolar no Ensino Secundário do Segundo Ciclo desde 2007, momento em que a Província do Huambo só tinha duas Escolas criadas e funcionais naquele nível de ensino (no Município Sede do Huambo e na Caála), o que constituía um grande constrangimento para outros municípios depois de terminarem o I Ciclo do Ensino Secundário.

Em 2007, criaram-se Escolas do Segundo Ciclo quase por todos os municípios, num período conhecido como Período de Expansão Escolar do I e II Ciclo do Ensino Secundário. Também vamos procurar estabelecer uma ligação à década de noventa, com destaque para 1994, para constatar o resultado final dos alunos que entraram na rede escolar naquele ano e quantos terminaram o 2º Ciclo em 2006, e comparar com as entradas e finalizações médias nas épocas de 2007 a 2012.

Desta forma, avaliamos os avanços conseguidos em cada época em positivo ou negativo e testamos o impacto da segunda Reforma Educativa implementada em 2001, já que a primeira ocorreu em 1976, que visou reformar o ensino colonial para novos programas do nível nacional, já que os anteriores eram então ideologicamente desadequados ao contexto das necessidades da época (Sakukuma, 2012). A Lei de Bases nº 13 define o Ensino primário com seis classes em relação às quatro do sistema anterior, gratuito e obrigatório, o Ensino secundário com seis classes dividido em dois Ciclos com três classes cada: Ensino secundário do I Ciclo (7ª, 8ª e 9ª classe) e o Ensino Secundário do II Ciclo (10ª, 11ª e 12ª classe) e desta forma avaliamos as competências do quadro docente envolvido de acordo com a Lei 03/08, de 4 de março, I Série.

Segundo Kalukembe (2009), com a globalização, a educação torna-se no pilar da independência para produzir conhecimentos e, deste modo, proporcionar o

desenvolvimento e a inovação. No entanto, é necessário que os Governos disponibilizem todos os recursos necessários e suficientes para a expansão escolar, assim, aumentando sempre que possível os recursos humanos e financeiros para assegurar o processo educativo da sociedade, sendo ela “o caminho do desenvolvimento, já que, um sistema educativo de qualidade contribuirá de forma determinante para a aquisição de conhecimentos que é o recurso económico mais determinante para a competitividade das instituições públicas e organizações privadas dos países” (Serrano e Fialho, 2005, p.3).

Com este trabalho queremos determinar as causas do sucesso e insucesso escolar em Angola, tendo em conta os investimentos públicos do governo angolano no setor da educação com realce na província do Huambo. Também avaliaremos o rendimento e condições sociais dos mentores deste processo nas décadas já referenciadas.

1.2 PROBLEMÁTICA

O objetivo do Governo Angolano é formar e obter quadros com a qualidade desejada e isso só se consegue com ensino de qualidade e investimento no setor de educação. O problema que se põe é “Qual é o Investimento Público que o governo angolano faz nas escolas do Segundo Ciclo em Angola, e no Huambo especificamente, e quais são os resultados alcançados em função deste investimento no que tange ao sucesso e insucesso escolar, assim como à melhoria do rendimento familiar e condições sociais dos professores para se alcançar o ensino de qualidade e ter o homem desejado?”.

1.3. OBJETIVOS DO ESTUDO

O objetivo do nosso estudo é realizar uma comparação do rendimento escolar antes e depois de 2007 e determinar as causas do bom ou mau desempenho dos estudantes e professores. Seguidamente, fazer uma comparação quantitativa de estudantes que terminam o Segundo Ciclo do Ensino Secundário nas épocas de 1994-2006 e 2007-2012, dado o grande esforço do Governo Angolano, em particular na província do Huambo, para se atingir o ensino de qualidade e, desta forma, avaliarmos o processo de Ensino e Aprendizagem.

1.4. METODOLOGIA

Na nossa avaliação iremos realizar um pequeno inquérito (em anexo). Identificação dos participantes e tipo de amostragem: Diretor Provincial de Educação, Diretores de escolas, Professores e alunos do II do Ciclo do Ensino Secundário. O método de análise de dados seguido será um Método Misto. Vai-se utilizar este método quantitativo-qualitativo como método de recolha de dados, sendo utilizados o questionário, a análise documental e entrevista para alguns casos, ao passo que para o seu tratamento, a análise estatística e a análise de conteúdo. Encontramos muitas vantagens no uso destes métodos porque a fraqueza de um método é contrabalançada pela força de outro, numa simbiose e complementaridade que conduz a melhores resultados.

A investigação qualitativa é um campo de investigação de direito próprio, que atravessa disciplinas, campos de estado e temas. O termo qualitativo implica uma ênfase nas qualidades das entidades e nos processos qualitativos e valoriza a qualidade socialmente construída da realidade, num quadro construtivista, a relação íntima entre investigador e objeto de estudo e os constrangimentos situacionais que enformam a investigação.

Denzin & Lincoln (2000) e Janesick (2000) sintetizam as características fundamentais da investigação qualitativa, afirmando que esta requer que o investigador seja o instrumento e construa uma narrativa que engloba as várias histórias dos participantes. Serapioni (2000) destaca como características dos métodos qualitativos a análise do comportamento humano do ponto de vista do ator, a observação naturalista (não controlada), a subjetividade (perspetiva *insider*), a orientação para a descoberta e para o processo, o seu carácter exploratório, descritivo e indutivo, e a sua generalização. O investigador qualitativo estuda os fenómenos no seu contexto natural, procurando interpretar esses fenómenos em termo dos significados que as pessoas lhes atribuem. Requer assim a recolha de materiais que descrevem momentos da vida dos indivíduos-descrições ricas do mundo social que são interpretados na tentativa de aumentar a compreensão sobre o alvo de estudo (Denzin e Lincoln, 2000).

2. PAPEL DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DO PAÍS

2.1. INTRODUÇÃO

Falar do papel da educação no desenvolvimento económico de um país é falar do grande valor e influência que ela tem em vários setores económicos e sociais do país, tais como no setor da Saúde, do Ambiente, do Empreendedorismo, da Agricultura, Indústria e outros. Quando Angola se tornou independente, a 11 de novembro de 1975, oitenta e cinco por cento (85%) da sua população era analfabeta, o que revela o atraso económico, social e cultural que se vivia naquele tempo (Guia do Terceiro Mundo, 1983, p.48). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “o conceito de desenvolvimento deverá corresponder a um reforço das potencialidades individuais, adquiridas através de um amplo sentido de educação e direcionadas para o crescimento económico, para a melhoria das condições de vida e para a participação em decisões relacionadas com a vida dos atuais e futuros cidadãos. Em momento algum se perde o fator humano como finalidade do desenvolvimento, para o qual concorre: o direito à instrução, à cultura e à informação, bem como o acesso à saúde, à habitação, à alimentação e ao meio ambiente”.

Investir na Educação é a garantia para fortalecer a economia de qualquer País e promover o seu desenvolvimento económico, social e cultural do seu povo. De acordo com Bragança (2012), o desenvolvimento económico é um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas - persistentes ou criadas pela própria mudança - são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”. A educação constitui uma conquista da sociedade já que ela transforma o homem no seu pensamento produtivo, alimentar, ambiental, de higiene e saúde, assim como garante o seu bem-estar social e económico. É neste sentido que se torna primordial para qualquer Nação investir nela já que a aquisição de conhecimentos constitui um fator de crescimento social e económico e de desenvolvimento dos povos. Isto faz a educação ser vista a várias escalas de análise, exigindo medidas de intervenção adequadas a cada uma, porque a chave da alteração de fundo das condições de desenvolvimento de um país encontra-se na educação e na formação dos seus recursos humanos (Zau, 2002, p.7).

Sem medo de errar, podemos dizer que os países não desenvolvidos se não investirem na educação dos seus povos nunca serão capazes de se transformarem em desenvolvidos, pois é através da educação que se pode ter o acesso mais igualitário à ascensão socioeconómica (Bragança, 2012). A educação joga um papel muito importante no desenvolvimento social, cultural, ambiental e económico de qualquer país, formando quadros que contribuem para a diversificação de produtos e desenvolvimento da ciência, novas tecnologias e indústria. Por outro lado, Marshal e Lucas, citados por Zanmaria e Castilho (2006, p. 2), provaram através das suas teorias que o capital humano bem treinado constitui a porta de entrada para o crescimento económico. Um país pode ter equipamento moderno mas, sem o capital humano capacitado, encontrará limitações no seu crescimento. Com equipamento não tão sofisticado e com recursos humanos qualificados, haverá garantia de crescimento económico no país, pois as máquinas não garantem crescimento económico, pois precisam de capital humano que fabrica essas máquinas e que nelas trabalha.

No caso de Angola, a sua economia depende maioritariamente do petróleo, e o seu povo é maioritariamente camponês, pobre e com uma agricultura manual e de sobrevivência, portanto, é muito útil e pertinente a criação de incentivos e de um forte investimento na educação do seu povo, para que outras áreas económicas se desenvolvam, para que se compreendam os avanços da ciência e das novas tecnologias, a assimilação e prática da agricultura mecanizada e o aumento da produção e produtividade de alimentos e, concomitantemente, o combate à fome e à pobreza existente no país, a melhoria da saúde pública, do saneamento básico e a preservação do ambiente, a luta e prevenção de doenças como o HIV/SIDA, diarreias agudas, paludismo, gripe, cólera e outras, já que, sem doenças é possível conseguir uma maior produtividade e abundância de sustento alimentar, ambiente saudável e maior diversificação da economia do país que constitui um dos objetivos do plano nacional de desenvolvimento, nomeadamente, aumentar o PIB não Petrolífero e diminuir a dependência do petróleo. Também queremos destacar, claro, sem contrariar o que anteriormente se disse, que um povo doente não produz riqueza, só provoca miséria e pobreza.

Muitos programas provinciais e municipais foram já gizados sem os resultados preconizados devido ao nível elevado de analfabetos existentes. Assim, pensamos que é muito importante e necessário o investimento do Governo Angolano na Educação do seu povo para que compreenda melhor as medidas de prevenção de doenças. Apesar de no

campo da saúde ser notável o esforço que se está a evidenciar com a descentralização destes serviços, ainda não é suficiente, já que um povo analfabeto muitas vezes não corresponde a estes investimentos. De acordo com Gatti (2002), “a educação, é um campo de pesquisa permeável à influência de outras áreas”. Quando um país não tem um sistema de educação, não tem capacidade de criar, inovar, não será capaz de ser competitivo e ficará refém dos interesses de países terceiros que decidirão o seu destino (Kalukembe, 2009). Também pode ler-se em Castilho e Silva (2004), citados por Zanmaria e Castilho (2006), “quanto mais pobre é uma determinada família, maior será o sub investimento em capital humano. Existem vários fatores que determinam esse sub investimento em capital humano, como por exemplo a falta de um grande esforço governamental na educação. Crianças sem educação tornar-se-ão adultos trabalhadores menos educados e menos qualificados”. Logo, é obrigação de cada Governo velar por esta situação de analfabetismo.

Estas crianças hoje, serão os pais de crianças no futuro que irão começar a ir à escola, e por maus costumes adquiridos no seio de suas famílias, e como os pais sempre ajudaram nas finanças familiares, deixarão de estudar para também contribuírem na situação financeira dos seus progenitores e isto passará sempre de geração a geração. A transmissão intergeracional da pobreza fica clara. Países com baixo poder de compra, com níveis de rendimento insuficiente, buscam nos filhos ferramentas que agregam valor aos rendimentos familiares, mesmo que com salários de baixo valor, fazendo com que as crianças desistam das aulas. “O resultado é um círculo vicioso em que a pobreza se perpetua a si mesma” (Zanmaria e Castilho, 2006).

Olhando para a realidade angolana, no período que vai de 1993 a 2005, o país vivia de doações alimentares e a maior parte das crianças não frequentava a escola por escassez de alimentação. Não havia produção suficiente para manter a população infantil e adulta, havia uma dependência total da produção externa que chegava ao país através das Organizações Não Governamentais (ONG), como a Cruz Vermelha Internacional, o Programa Alimentar Mundial, Save the Children, ADRA-Angolana, Worlddivision, etc. Por falta da educação apareceram muitas doenças no seio da população, por esta não entender as medidas de prevenção sobre vários vetores que provocavam patologias relacionadas com a falta da higiene e saneamento do meio ambiente. Sem educação, é difícil ou impossível compreender os avanços da ciência e de novas tecnologias, e em consequência disto, os setores económicos baixam a sua produção. A falta da educação

ambiental tem consequências graves na saúde e produção dos povos e em Angola é notável a devastação de florestas para o fabrico de carvão com intuito de conseguir o sustento fácil por parte dos camponeses, já que estes abandonam a prática da agricultura artesanal por ser muito pouco produtiva. Necessária é a instrução destes para a aplicação da agricultura mecanizada, o que não se consegue com analfabetos.

De acordo com Zau (2002, p. 3), “o crescimento de um país corresponde ao aumento quantitativo e qualitativo de bens e serviços que, por sua vez, dão lugar a uma evolução estrutural resultante da transformação das proporções e das relações do sistema produtivo”. Em Angola, até 2005, a maior parte das comunas da Cidade do Huambo não tinha professores para acudir às necessidades das crianças do ensino primário e para aliviar esta carência promoveu-se um concurso documental de professores com habilitações mínimas ao nível da sexta classe, quer dizer, o ensino primário concluído. Segundo o resumo do EPT (“Educação para Todos”), até 2015 esta iniciativa não teve os resultados esperados, porque estes professores recrutados para além da baixa capacidade de assumir estas funções não permaneciam nos lugares indicados por temor a doenças que pudessem contrair naquelas terras, assim como pela distância às suas localidades de residência. Estas comunas ficaram abandonadas por razões de conflitos internos. Logo, a província ficou parada em relação ao crescimento social, económico e humano no Huambo e no País porque a educação não era abrangente a todos.

2.2. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento e, em compensação, gerar acréscimos no nível educacional da população, melhorando desta forma o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que descreveremos mais adiante (Caleiro, 2008). O contrário vai permitir um atraso e elevadas taxas de analfabetismo que é um dos mais sérios problemas que o País pode enfrentar.

O facto de, em Angola, uma grande proporção de mulheres serem analfabetas, tem implicações particularmente graves no bem-estar das famílias, sendo por conseguinte uma das principais barreiras para a sua ascensão socioeconómica. O elevado índice de analfabetismo sobre as mulheres limita seriamente as perspetivas de educação para muitas crianças e reprodução humana, nutrição, água, saneamento e ambiente, que estão entre as principais causas da morbilidade e das taxas de mortalidade materno-infantil e,

concomitantemente, o baixo IDH (MED, 2001).A educação também constitui um fator importante para o desenvolvimento tecnológico, tanto no sentido do desenvolvimento de novas tecnologias, quanto no sentido de qualificar mão de obra para lidar com estas. O crescimento económico e o desenvolvimento estão intimamente ligados à educação.

Um indicador que demonstra isso é o IDH em que, no seu cálculo, uma das variáveis a serem estudadas é o grau de conhecimento do povo, traduzido por duas variáveis educacionais: a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrículas nos três níveis de ensino (Zanmaria e Castilho, 2006).A existência de uma interação positiva entre os níveis de educação e de desenvolvimento tem maior destaque nas relações de cooperação entre Portugal e Angola, como está descrito no Programa Anual de Cooperação Portugal-Angola 2005, que considerava quatro Áreas de Concentração Prioritárias: Educação, Saúde, Capacitação Institucional, Reinserção Social e Promoção do Emprego. A aposta na educação justifica-se tendo em conta o seu papel na “redução da pobreza que é um desafio atual do Governo de Angola, e a sua contribuição para o desenvolvimento, ao aumentar as capacidades e oportunidades das populações, bem como para o processo de produção e de criação de riqueza (Caleiro, 2008).Esta vertente também está bem patente no Programa Indicativo de Cooperação Portugal/Angola 2007-2010, porque as questões referentes à educação não são alheias ao compromisso de tentar: Erradicar a pobreza extrema e a fome; Alcançar a educação primária universal; Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o VIH-SIDA, a malária e outras doenças; Assegurar a sustentabilidade ambiental; Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, que constituem os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio de 2000, estabelecidos pelas Nações Unidas (Caleiro, 2008).

Investir na educação e formação, constitui um catalisador do desenvolvimento humano. Enquanto para muitos países o século XX foi aquele onde se apostou na educação, enquanto investimento em capital humano, Angola por motivo da guerra começa este processo de maior investimento no século XXI, reconhecendo a importância e diversidade dos benefícios associados à educação. Como é sabido, a educação traz benefícios individuais que podem ser medidos ao nível da saúde, produtividade, da redução da desigualdade na distribuição de rendimentos, e benefícios sociais que podem ser medidos ao nível: da redução dos efeitos nefastos da pobreza, da contribuição para a

democratização, da promoção da paz e da estabilidade, do aumento das preocupações com as questões ambientais, evitando desta maneira a devastação de florestas e o aumento da competitividade económica para uma maior diversificação da economia que o país pretende alcançar (Caleiro, 2008).

Angola é considerado como um dos países mais ricos em recursos naturais em Africa e no Mundo mas a sua economia é mono dependente o que tem tido consequências negativas para o seu desenvolvimento, porque, “em termos da competitividade económica, tal significa que as vantagens de um determinado país passam a não ser tanto função da quantidade de recursos naturais e do trabalho barato, mas do fator trabalho que, sendo melhor educado/formado, pode aproveitar ao máximo, ou melhor, a tecnologia existente.

Assim, um aumento na produtividade poderá levar a um maior crescimento económico, em resultado de aumentos no nível de educação. Lê-se no trabalho de Dias e Dias (1999), citado por Zanmaria e Castilho (2006) num estudo realizado com 103 países, no período de 1961 a 1990, em que são classificados como de produtividade baixa 13 países, a grande concentração encontra-se com escolaridade inferior a 4 anos, e quando são classificados como de produtividade alta, a concentração passa para uma escolaridade média superior a 8 anos. Segundo os autores, para haver crescimento, há a soma de capital físico (equipamentos) e capital humano (trabalhadores).

No entanto, para haver avanços tecnológicos no capital físico, o conhecimento adquirido pelo capital humano é o principal fator da evolução. Então, se crescimento é a soma de capital humano e capital físico, e este último advém do conhecimento, então crescimento é capital humano mais capital humano, concluindo-se que é o conhecimento que leva um país a crescer. A importância da educação reconhecida no século XX tem continuado a merecer a devida atenção por parte de importantes organizações mundiais (veja-se UNESCO, 2005, United Nations Development Programme, 2008, e, sobre África em particular, UNESCO, 2008).” Caleiro (2008).

A organização das Nações Unidas para o Ensino (UNESCO), define 4 pilares educacionais para o século XXI:

1. Aprender a Ser, competência pessoal que tem a ver com o conhecimento de si próprio, o qual permite criar uma identidade própria única enquanto base para um projeto de vida, ao longo da qual se deve continuar este tipo de aprendizagem.
2. Aprender a Viver em Conjunto. Esta competência social tem que ver com o desenvolvimento de atitudes e valores que permitam um relacionamento positivo com os outros (familiares, amigos, colegas, etc.) e com o meio ambiente (comunidade, cidade, país, etc.).
3. Aprender a Fazer. Esta competência produtiva tem que ver com a capacidade de criar e desenvolver transformações na esfera ambiental, cultural, política e económica, para que, por exemplo, se desenvolvam competências capazes de enfrentar o mercado de trabalho.
4. Aprender a Conhecer. Esta competência cognitiva tem que ver com o reconhecimento de todo o conhecimento acerca de aprender a aprender ('learning to learn'), ensinar a ensinar ('teaching to teach') e conhecer como conhecer ('knowing to know').

Desta forma, a partir destes quatro pilares educacionais entendemos a educação como um processo que permite transformar o potencial de cada pessoa em competências, sendo assim fundamental no processo de desenvolvimento humano (Caleiro, 2008).

De acordo com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, o processo de desenvolvimento humano passa por:

1. No campo da produtividade, o bem-estar da sociedade deverá estar garantido através do desenvolvimento económico.
2. No campo da equidade, o acesso a oportunidades iguais deverá estar assegurado a todos.
3. No campo da participação na tomada de decisão, deverá estar assegurada a todos a possibilidade de fazer escolhas informadas.
4. No campo da segurança, deverão estar assegurados os direitos civis fundamentais como o direito à vida e à liberdade.

5. No campo da sustentabilidade, a equidade deverá também estar garantida para as gerações futuras.

Como veremos a seguir, Angola continua entre os países com mais baixos índices de desenvolvimento no mundo e também entre os países da África Austral, estando ao nível de países como o Zimbabué, a República Democrática do Congo ou o Malawi.

2.3. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DE ANGOLA

Angola situa-se na região ocidental da África Austral, com uma extensão de 1.246.700 km² (um milhão e duzentos e quarenta e seis mil e setecentos quilómetros quadrados) o que torna este país doze vezes maior que Portugal, país que o colonizou. Angola está dividida administrativamente em 18 (dezoito) províncias. A ligação do território faz-se através da circulação aérea com uma única empresa, as Linhas Aéreas de Angola (TAAG), que assegura as ligações quer dentro do país como com o exterior e com muito pouca eficiência, e uma Empresa Nacional de Navegação e Exploração de Aeroportos (ENANA), que gere 18 aeroportos em Angola e os serviços de navegação aérea para todos os aeroportos; na área marítima, existem três Portos principais, Luanda, Lobito e Namibe, três portos secundários - Cabinda, Soyo e Porto Amboim; e na área ferroviária, existem três vias: o Caminho de Ferro de Benguela, que constitui a linha mais importante e extensa com 1.037 quilómetros; o caminho de ferro de Luanda, com 541 quilómetros e o caminho de ferro do Namibe, com 900 quilómetros. Os habitantes originais de Angola foram os Khoisan, povo caçador-coletor, ainda existente em algumas regiões do Sul de Angola, norte da Namíbia e no Botsuana, embora em número muito reduzido. Residem no País 24.400.000 de habitantes (vinte e quatro milhões e quatrocentos mil de habitantes), dos quais 12.688.000 são mulheres, o que corresponde a 52% da população, segundo os dados estatísticos preliminares do censo 2014 do INE (Instituto Nacional de Estatística), o que faz aproximadamente 20 hab/km² (vinte habitantes por cada quilómetro quadrado), comparado com o censo de 1970 que apurou 5,6 milhões de habitantes, número 4 vezes menor ao atual. A língua oficial é o português, mas também existem línguas nacionais faladas por diferentes tribos como o Umbundu, Kimbundu, Tchokue, Nganguela, Kuwanhama, Ovambo, etc.

O País tem um clima tropical com duas estações do ano: o cacimbo (seco) que vai de maio a setembro e o das chuvas (mais quente) que vai de setembro a maio. Sessenta por cento (60%) do seu território é constituído por planícies com uma rede hidrográfica densa e extensa cujos principais rios são: o rio Cuanza, o maior do país, o rio Cunene e o rio Cubango e o seu ponto culminante é o morro do Moco, com 2.620 metros, na província do Huambo, no planalto central de Angola, município do Londuimbale. O país faz fronteira a Norte com a República Democrática do Congo, a Sul com a República da Namíbia, a Oeste com o Oceano Atlântico e a Este com a República da Zâmbia, como se pode ver na Figura 1.



Figura 1. Mapa de Angola e fronteiras. **FONTE: Amazon.co.uk.**

O país foi colonizado pelos Portugueses desde 1482 a 1975. O M.P.L.A. (Movimento Popular de Libertação de Angola) sob liderança do Dr. António Agostinho Neto proclamou a independência Nacional a 11 de novembro de 1975, em situação aberta de guerra civil. Segundo se pode ler no relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) de 2010 (p.30), este conflito era perpetuado maioritariamente entre o M.P.L.A. e a U.N.I.T.A. (União Nacional para a Independência Total de Angola), que veio terminar a 4 de abril de 2002, aquando da assinatura dos acordos do Moxico cidade situada no Leste de Angola.

2.4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE DE ANGOLA

A economia de Angola cresceu de forma lenta sob os efeitos da crise financeira e petrolífera em 2008 e 2009, mais recentemente recuperou fortemente e atingiu um crescimento de 8,2% em 2013 e 7,8% em 2014, impulsionado pela expansão do setor petrolífero e do gás e por um programa de despesas públicas destinado a encorajar a diversificação económica, tendo em conta o forte desempenho registado pelos setores dos transportes, da energia, da construção e obras públicas e da agricultura (www.africaneconomicoutlook.org).

Segundo esta fonte, o Fundo Monetário Internacional (FMI) ajudou o país a recuperar a estabilidade macroeconómica, melhorar a situação orçamental, aumentar as suas reservas em divisas, estabilizar a taxa de câmbio da moeda nacional e diminuir a inflação, também se regularizou a dívida interna, assim como a transparência orçamental e prestação de contas. No entanto, a partir de meados de 2014, a queda abrupta dos preços do petróleo provocou uma desaceleração do ritmo de crescimento económico.

O petróleo constitui o produto mais importante no crescimento económico de Angola, já que contribui com cerca de 47% para o PIB do país. Angola atingiu em 2012 uma produção de 1,88 milhões de barris por dia (bpd), superior aos 1,66 milhões bpd produzidos em 2011, e em 2013 atingiu 1,84 bpd, pretendendo atingir os 2 milhões em 2015. Apesar do setor mineiro ser subdesenvolvido excluindo as áreas do petróleo e do gás, o país possui muita riqueza natural não explorada como cobre, manganês, minério de ferro, chumbo, mica, níquel, rocha de fosfato, quartzo, prata, tungsténio, urânio, vanádio, volfrâmio e zinco. A produção de diamantes cobre 0,9% do PIB, sendo o país o quarto maior produtor mundial de diamantes.

Angola possui 58 milhões de hectares de terras potencialmente aráveis, um clima favorável e recursos hídricos abundantes e o setor da agricultura responde em mais de 69,2% do emprego no país. Refira-se que é praticada uma agricultura familiar incentivada pela supervisão de inputs agrícolas como sementes, fertilizantes, gado e outros que são entregues quase a custo zero já que do valor real o Governo paga 70% por cento e o camponês apenas contribui com 30%. O PIB não petrolífero aumentou 27,4% em 2007 e 9,2% em 2011.

Em 2012, a produção total do setor agrícola registou um crescimento de 13,9%, acima dos 9,2% registados em 2011, crescimento também impulsionado pela mecanização relativa da agricultura que resultou na contribuição de produção de grandes quantidades de milho, mandioca, cana-de-açúcar, algodão, sisal, banana e madeira, que atingiram 27 milhões de toneladas em 2012, conforme se pode ler na Tabela nº 1.

Este aumento seria ainda maior se o Governo criasse boas políticas que estimulasse a agricultura mecanizada que permitisse a produção de grandes quantidades de alimentos para o consumo interno e para exportações, já que a agricultura familiar só dá para produzir pequenas quantidades e sem qualidade desejada para exportações, sendo as pequenas quantidades vindas do campo absorvidas pelo mercado interno.

TABELA Nº. 1.- TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB (%)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	27,4	1,9	29,0	6,0	9,2	13,9
Pescas e derivados	9,7	-2,4	-8,7	1,3	17,2	0,0
Diamantes e outros	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-0,7	9,0
Petróleo	20,4	12,3	-5,1	-3,0	-5,6	4,3
Indústria transformadora	32,6	11,0	5,3	10,7	13,0	6,0
Construção	37,1	25,6	23,8	16,1	12,0	7,5
Energia	8,6	26,1	21,3	10,9	3,5	11,7
Serviços mercantis	21,8	26,9	-1,5	8,7	9,5	10,0
Outros	4,5	1,9	5,9	4,7	9,6	4,3
PIB a preços de mercado	23,2	13,8	2,4	3,4	3,9	7,4
PIB não Petrolífero	25,4	15,0	8,3	7,8	9,7	9,1

Fonte: Plano nacional de Desenvolvimento.

Na Tabela nº.1 nota-se o aumento do PIB não petrolífero, embora em valores percentuais oscilatórios, com destaque para a Agricultura, que é maioritariamente familiar, a Indústria transformadora, a Construção, a Energia, os Serviços mercantis e as Pescas.

Como educar é combater a fome, doenças e a miséria, em suma é garantir o bem-estar das comunidades e da sociedade, quando mais homens formados existirem numa comunidade maior é a probabilidade de diversificação da economia e combate ao analfabetismo. Nas secções seguintes tentaremos mostrar a ligação entre investimento na Educação e diversificação da economia angolana. Apesar dos esforços do governo

angolano na diversificação da economia, aumentar o PIB não petrolífero e melhorar as condições sociais da população, a pobreza continua a ser um desafio porque 36,6% do seu povo vive abaixo da linha da pobreza de 2USD (240 AOA) por dia, enquanto em 2001 eram 68% em situação de pobreza.

Os investimentos estrangeiros no período em referência geraram novos centros comerciais e edifícios de luxo nas capitais de algumas províncias com destaque para a capital do país, que favorecem a uma minoria da elite governativa, enquanto milhões de habitantes em Angola vivem em condições precárias, em bairros sem condições sanitárias, sem escolas, em suma, sem serviços sociais básicos. No âmbito do esforço que se tem estado a fazer, as despesas públicas aumentaram e representam 10% do orçamento total para a área social, superior na região.

Para equilibrar o orçamento do Estado em benefício dos gastos sociais e das infraestruturas, a dotação orçamental de 2012 para setores prioritários aumentou de 32,9% em 2011, para 33,1% em 2012, principalmente canalizadas para os serviços de proteção à saúde, educação e proteção social, que inclui a reabilitação da rede de fornecimento da água e saneamento nas zonas urbanas, a construção e reabilitação da rede rodoviária nacional, onde até 2012, quase 50% das estradas de Angola eram asfaltadas, 11% pavimentadas e 39% eram de cascalho e esta rede integra rodovias construídas antes da independência. Em relação ao Ensino Primário universal, nos últimos anos foram consagrados 28% do orçamento ao ensino primário e construídas em todo país 29 novas escolas primárias em 2012, com vista a fazer face ao aumento das taxas líquidas de matrículas no ensino primário, e diminuir a procura, ou seja, acabar com as crianças fora do sistema de ensino.

Apesar deste aumento, só 33% concluem o ensino primário, cerca de metade da região, isto é, dos 6.194.318 alunos só 2.044.125 chegam a terminar a 6ª classe. A taxa líquida de matrículas é de 86%, o que em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano é dos mais baixos valores, ocupando o 148º lugar dos 187 países no IDH das Nações Unidas. Nos países da África Austral, Angola ocupa a 10ª posição, como se pode ver na Tabela nº2 (dados relativos a 2005).

TABELA Nº.2. IDH dos países da África Austral (2005).

Países	IDH (2005)	Índice de Esperança de Vida	Índice de Educação	Índice de PIB
Cabo verde	0,736	0,766	0,763	0,678
África de Sul	0,674	0,430	0,806	0,786
São Tomé e Príncipe	0,654	0,665	0,783	0,514
Botsuana	0,654	0,385	0,773	0,804
Namíbia	0,650	0,444	0,783	0,723
Lesoto	0,549	0,293	0,768	0,585
Suazilândia	0,547	0,265	0,730	0,647
República do Congo	0,548	0,484	0,736	0,423
Madagáscar	0,533	0,557	0,670	0,371
Zimbabué	0,502	0,563	0,450	0,493
Angola	0,446	0,279	0,535	0,526
Malawi	0,437	0,355	0,638	0,317
RD do Congo	0,411	0,484	0,736	0,423
Moçambique	0,384	0,296	0,435	0,421

Fonte: Caleiro (2008).

O investimento em educação pode permitir alcançar um maior nível de desenvolvimento e em compensação gerar acréscimos no nível educacional da população, melhorando desta forma o IDH (Caleiro, 2008). O contrário vai permitir um atraso e elevadas taxas de analfabetismo que é um dos mais sérios problemas que o País pode enfrentar. O facto de em Angola uma grande proporção de mulheres ser analfabeta tem implicações particularmente graves no bem-estar das famílias, sendo por conseguinte uma das principais barreiras para a sua ascensão socio-económica. O elevado índice de analfabetismo sobre as mulheres limita seriamente as perspetivas de educação para muitas crianças e reprodução humana, nutrição, água, saneamento e ambiente, que estão entre as principais causas da morbilidade e das taxas de mortalidade materno-infantil e daí, concomitantemente, o baixo IDH (MED, 2001).

2.5. SITUAÇÃO DO ENSINO EM ANGOLA

2.5.1. A estrutura do sistema educativo

O Ensino Oficial teve início a 14 de agosto de 1845, quando o Estado português assumiu definitivamente a condução do Ensino em todo o espaço sob o seu controlo, tornando-o laico. As escolas primárias na época eram frequentadas maioritariamente por europeus e por uma pequena descendência da burguesia urbana angolana assimilada (PNUD, 2010, p.31). Após a independência, o governo do M.P.L.A., passou a ter a responsabilidade de levar a cabo o projeto de nação e a 22 de novembro de 1976, dá-se o primeiro passo da luta contra o analfabetismo, depois da criação do Ministério da Educação pela lei 1/75 (PNUD, 2010, p.31) e, para assegurar este processo de ensino e aprendizagem e por insuficiência de quadros, foi celebrado um acordo com a República de Cuba que previu uma intensa colaboração no setor da educação e da saúde.

Em 1977, dois anos depois da independência, Angola adotou um novo Sistema de Educação e Ensino, implantado em 1978, que pelas suas características de maior oportunidade de acesso e continuidade de estudos veio gerar uma grande explosão escolar em 1981, o que ameaçava estrangular o sistema educativo, isto por causa da gratuitidade do ensino, do baixo número e qualidade de professores existente, das poucas instituições educativas herdadas do colonialismo e da guerra civil que prevalecia no país. Em 1986, foi realizado um diagnóstico do subsistema do Ensino de Base Regular que confirmou que o mesmo não era rentável já que em cada 1000 alunos matriculados na primeira classe somente 142 concluíam o I nível e destes 34 transitavam sem repetições, 43 com uma repetição e 65 com duas ou três repetições (PNUD, 2010, p.31). Inicialmente, os estudantes e os seus agregados familiares não pagavam quaisquer despesas com a educação e no ensino obrigatório nem o material didático era pago (PNUD, 2010 p.31).

O Sistema de Educação estava estruturado em:

1. Sistema geral de base com oito (8) classes, estruturado em três níveis, o primeiro dos quais de quatro (4) classes (obrigatório) cada um dos dois níveis seguintes com duas classes.
2. Ensino Pré-Univesitário, inicialmente concebido como o “módulo de transição” entre a fase terminal do Ensino Secundário do sistema colonial e a do novo

sistema, para o acesso ao Ensino Superior. Estruturado em quatro (4) semestres letivos, depois evoluiu em 1986 para seis (6) semestres letivos.

3. Ensino Médio, com a duração de quatro (4) anos e dois ramos fundamentais: o técnico e o normal.
4. Ensino Superior, estruturado em Faculdades, com a duração de cinco a seis (5/6) anos.

O Sistema de Educação estava ainda organizado em três Subsistemas: o do Ensino de Base, com duas estruturas de formação (Regular e de Adulto); o do Ensino Técnico-profissional, que compreende o Ensino Médio Técnico e a Formação Profissional, e o Subsistema do Ensino Superior

Em 2001, o Conselho de Ministros aprovou a “Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação” (MED, 2001), que levou em linha de conta o Fórum Mundial de Educação de Dakar (26 a 28 de abril de 2000). E, em 2001, a Assembleia Nacional homologou a primeira “Lei de Base do Sistema de Educação”, da Reforma Educativa (PNUD, 2010, p. 32), que começou a ser implementada em 2004, graças à Paz alcançada em 2002.

O novo Sistema de Educação estrutura-se em três níveis:

1. Primário;
2. Secundário;
3. Superior.

Este novo Sistema de Educação possui seis subsistemas contra três do Sistema anterior, como:

1. Subsistema de Educação pré-escolar que se estrutura em Creche e Jardim Infantil;
2. Subsistema de ensino geral que se estrutura em ensino primário com seis classes contra quatro do sistema anterior e ensino secundário com dois ciclos de três classes cada, o I ciclo que abrange a sétima, oitava e nona classe (7^a, 8^a e 9^a classe) e o II ciclo com a décima, décima primeira e décima segunda classe (10^a, 11^a e 12^a classe);
3. Subsistema de ensino técnico-profissional que compreende a formação básica e a formação média técnica;

4. Subsistema de formação de professores que se estrutura em formação média normal, realizado em escolas normais e o ensino superior pedagógico realizado nos institutos e escolas superiores de ciências de educação;
5. Subsistema de educação de adultos que compreende a alfabetização e a pós alfabetização e o ensino secundário que compreende o 1º e 2º ciclos, cujo objetivo principal é aumentar o nível de conhecimentos gerais mediante a eliminação do analfabetismo juvenil e adulto literal e funcional;
6. Subsistema de ensino superior.

2.5.2. Situação em termos de alfabetização

Numa sociedade marcada por uma crescente crise de valores humanos, onde crianças em idade escolar recusam-se a frequentar a escola realizando ações de sabotagem de aulas e destruindo o património público e, como consequência disso, aumenta o número de crianças fora do sistema de educação e verificam-se maiores índices de delinquência, e tendo em conta a função social da Educação, gostaríamos de refletir sobre o papel desta num projeto de construção de uma nova sociedade.

A educação é a pedra basilar de desenvolvimento de qualquer nação, através do qual se torna possível a edificação do presente garantindo assim a edificação do futuro e a diversificação da economia. É, acima de tudo, através dela que criamos as condições para formação de um povo consciente de seus deveres, direitos e obrigações, pois somente projetando bons educandos e educadores visualizaremos perspectivas e horizontes positivos e benéficos no futuro.

O Analfabetismo é uma “doença” que permite o aumento da fome, da pobreza e leva a população não letrada a uma fraca interpretação de muitos fenómenos sociais, culturais, ambientais e económicos.

O Governo de Angola definiu um “Plano de Ação Nacional de Educação para Todos” até 2015, com o objetivo de promover o desenvolvimento humano e educacional do povo angolano, tendo em conta uma educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e definiu um conjunto vasto de objetivos específicos, baseados nos resultados da Consulta Pública e nas recomendações do colóquio da educação em Angola (2004). Aliado a este Plano Nacional de Educação para Todos está o combate ao analfabetismo, a redução da fome e da pobreza absoluta através do desenvolvimento social e económico,

sustentáveis. Desta forma, alguns programas foram implementados ao nível Municipal em todo o país para o combate à fome e à pobreza, só que os mesmos não visam o programa de combate ao analfabetismo, contribuindo assim para um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no país, considerado um dos mais baixos do mundo e da região, o que contraria os objetivos do Plano Nacional de Desenvolvimento a médio prazo (2013-2017) e longo prazo (até 2025), já que formar o homem é garantir o bem estar social. O Plano Nacional de Desenvolvimento a curto e longo prazo (PND, 2012), define objetivos como: “Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhor Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema, o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo às Gerações Vindouras, e o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação”. A 22 de novembro de 1976, um ano depois da independência, deu-se início à Campanha Nacional da Alfabetização e, até 31 de dezembro de 2000, dos 2.827.279 angolanos alfabetizados, cerca de 45% regressou ao analfabetismo, dos quais maioritariamente mulheres. Esse regresso foi provocado por várias razões, como a ausência da pós-alfabetização e a fraca atenção a este fenómeno, as metodologias de ensino desajustadas, a situação económica e social e a inadaptação às transformações políticas, económicas e sociais, a generalização da instabilidade político-militar, etc. (MED, 2001).

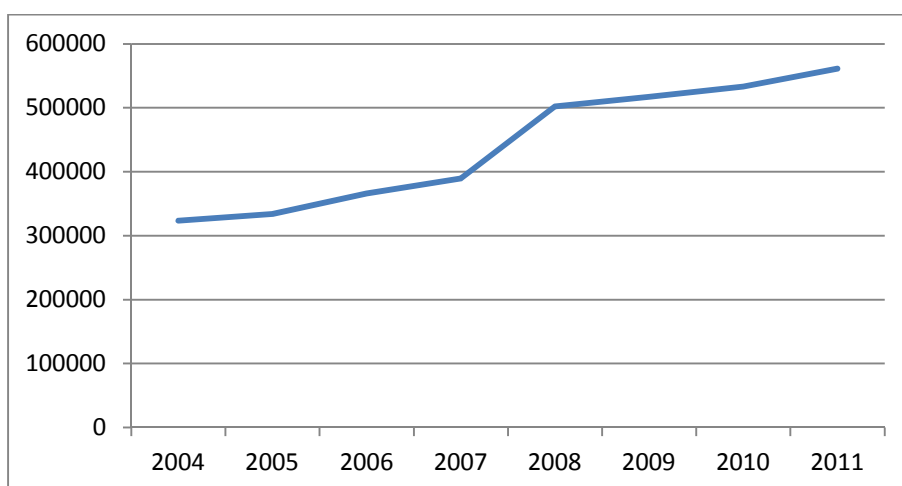
No país foram alfabetizados 3.527.665 angolanos no período que vai de 2004 a 2011, o que representa 14,52% da população atual, tendo em conta os dados do censo populacional de 2014. Destaca-se também que isto se deve à segunda Reforma Educativa, com a realização de um conjunto de atividades educativas, organizadas e implementadas pelo Ministério de Educação e seus parceiros sociais. Na tabela a seguir podemos ler os números conseguidos por ano, desde 2004 a 2011.

Tabela nº. 3. Dados da alfabetização.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alfabetizados	323470	334220	366200	389637	502350	517421	532943	561424

Fonte: Relatório de Avaliação Global da Reforma Educativa 2014 (p.178).

Gráfico n.º 1. Alfabetização (2004-2011).



Fonte: compilado pelo autor.

Por outro lado, o Ministério da Educação através do PAAE (Programa de Aceleração Escolar) para jovens que tiveram a sua escolarização suspensa por causa do passado histórico do conflito armado e com ajuda de parceiros sociais, obteve os seguintes resultados a nível nacional:

Tabela n.º 4. Aceleração escolar para jovens de 15 anos ou mais (2008-2011)

Módulos	classes	2008	2009	2010	2011
1	1ª e 2ª	305620	385467	315973	347201
2	3ª e 4ª		94521	66461	72650
3	5ª e 6ª				68977
Total		305620	479988	382434	488828

Fonte: Relatório de Avaliação Global da Reforma Educativa 2014 (p.179)

Com base nos dados da Tabela n.º 4, 23,7% daqueles que concluem o 1º módulo frequentam o 2º módulo e o aumento para o 3º módulo deve-se a algum incumprimento dos critérios de classificação dos alunos neste programa (Relatório de Avaliação Global da Reforma Educativa, 2014, p. 178).

De acordo com as “Estratégias Integradas Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015”, não se concretizarão estes objetivos com o analfabetismo elevado. Quer dizer que o número de crianças que depois de um tempo de escolaridade regride para a situação de analfabeto é cada vez mais elevado, se tivermos em conta aquelas que desistem, reprovam e aquelas que não dão continuidade dos estudos em outros níveis. Dos 7.156.600 matriculados em 2012, em todo o país somente 638.436 pertencem ao I

ciclo e 323.786 ao II ciclo, o que corresponde a 8,92% e 4,52% respetivamente, conforme se pode ver na tabela a seguir, assim como o pouco investimento no aumento de salas para proporcionar boas condições e favoráveis à população estudantil.

Tabela nº. 5: situação de alunos do I e II Ciclo do Ensino Secundário































	Matrículas Gerais	Taxa de variação face a matrícula geral e o I e II Ciclo
Total	7.156.600	
I Ciclo	638.436	8,92%
II Ciclo	323.786	4,52%






















Fonte: compilado pelo autor.

Também entre os objetivos do plano nacional de desenvolvimento de 2013-2017, constam: “Preservar a Unidade e Coesão Nacional, Garantir os Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento, Melhorar a qualidade de Vida, Inserir a Juventude na Vida ativa, Desenvolver o Setor Privado e a inserção competitiva de Angola no contexto Internacional”. Como atingir estes objetivos, se do número de crianças que terminam o ensino primário, a maioria não continua com os seus estudos nos ciclos subsequentes por causa da falta de escolas do I e II Ciclo do Ensino Secundário nas zonas rurais, o que lhes tira a possibilidade de continuidade, acabando por conformar-se apenas com o ensino primário, acentuando cada vez mais o analfabetismo.

Também existem outras razões, como a distância entre a escola e a residência do aluno, a escassez de recursos financeiros das famílias e falta de lares para albergar alunos e outros, acabando aqueles por desistir. A taxa de alfabetização mundial cresceu oito por cento nas últimas duas décadas. Segundo a ONU, a população mundial em 2008 atingia 6.650 milhões, sendo que 4.855 milhões tinham mais de 15 anos, idade que a UNESCO considera ter o indivíduo atingido a idade adulta. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO), em 2011 em Angola, cerca de 70% dos cidadãos maiores de 15 anos podem ler e escrever, o que se confirma também através da agência de notícias de Angola (ANGOP), apesar do país ter ocupado a 26ª posição nos países da África de 2007 a 2008, tal como mostra a tabela nº.6, o que significa ter havido alguma evolução nesta área.

Tabela nº 6. Posição de Angola em África segundo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 2007/2008.

Posição	País	Taxa de literacia
1	 Seicheles	91,8
2	 Zimbabué	91,2
3	 Guine Equatorial	87
4	 Namíbia	85
5	 São Tomé e Príncipe	84,9
6	 República do Congo	84,7
7	 Maurícias	84,3
8	 Líbia	84,2
9	 Gabão	84,0
10	 África do Sul	82,4
11	 Lesoto	82,2
12	 Botsuana	81,2
13	 Cabo Verde	81,2
14	 Suazilândia	79,6
15	 Tunísia	74,3
16	 Quénia	73,6
17	 Egipto	71,4
18	 Madagáscar	70,7
19	 Djibuti	70,3
20	 Argélia	69,9
21	 Tanzânia	69,4
22	 Nigéria	69,1
23	 Zâmbia	68
24	 Camarões	67,9
25	 Angola	67,4
26	 República Democrática do Congo	67,2
27	 Uganda	66,8
28	 Ruanda	64,9
29	 Malawi	64,1
30	 Sudão	60,9

31		Eritreia	60,5
32		Burundi	59,3
33		Gana	57,9
34		Comores	56,8
35		Togo	53,2
36		Marrocos	52,3
37		Mauritânia	51,2
38		Costa do Marfim	48,7
39		República Centro-Africana	48,6
40		Guiné-Bissau	44,8
41		Gâmbia	42,5
42		Senegal	39,3
43		Moçambique	38,7
44		Etiópia	35,9
45		Serra Leoa	34,8
46		Benim	34,7
47		Guiné	29,5
48		Níger	28,7
49		Chade	25,7
50		Mali	24
51		Burquina Faso	23,6

Fonte: CIA World Factbook 2012

A agência da ONU indica que, em 2008 e em termos mundiais, existiam 796 milhões de adultos analfabetos, na maior parte raparigas e mulheres. Mais de 412 milhões (51 por cento) viviam no sul da Ásia e 176 milhões (21,4 por cento) na África subsariana. As duas regiões somam mais de 70 por cento da população mundial incapaz de ler ou escrever.

Os maiores índices de analfabetismo entre a população adulta estão concentrados na África subsariana, destacando-se o Mali, com 74 por cento da população, o Burkina Faso e Níger, com 71 por cento. Entre os 11 países onde mais de metade dos habitantes não sabem ler ou escrever encontram-se o Chade (66 por cento), a Etiópia (64 por cento) e o Senegal (58 por cento).

A Diretora-geral da UNESCO, Irina Bokova, apelou aos “governos, organizações internacionais, sociedade civil e ao setor privado para fazer da alfabetização uma prioridade, para que todo o indivíduo possa desenvolver o seu potencial e participar ativamente na formação de sociedades mais sustentáveis, justas e pacíficas”.

2.5.3. Situação recente ao nível do II Ciclo

A formação de quadros para vários setores económicos e sociais do País, sob a responsabilidade dos subsistemas do ensino técnico-profissional e da formação de professores, a formação média, técnica e normal, corresponde ao segundo ciclo do ensino secundário, com a duração de mais um ano dedicado à profissionalização, num determinado ramo com carácter terminal (Lei 13/01, Lei de Base do Sistema de Educação). Segundo Ribeiro, Real e Capella (2009, p. 29), “a ação educativa possui uma natureza eminentemente política, pois oferece condições para a construção de um projeto de sociedade”. Ou seja, investir na educação significa criar incentivos que proporcionam o aumento do poder aquisitivo dos profissionais diretos e dos indiretos envolvidos na distribuição de suplementos e na construção de escolas, e também proporciona a ascensão do desenvolvimento intelectual da população, estimulando a ciência e a tecnologia.

Deste modo, verifica-se o aumento da oferta de profissionais qualificados no mercado do trabalho e forma-se uma sociedade não somente com melhores oportunidades profissionais, como também, com maiores igualdades no acesso aos bens oriundos do avanço da tecnologia. Nota-se algum esforço no investimento do Governo na Educação, embora não com muito destaque em relação à construção de infraestruturas educacionais. Segundo o Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística do Ministério da Educação, de 2001 a 2012 verificou-se um aumento exponencial do número de crianças no sistema de ensino, com maior destaque no ensino primário. Este número representa atualmente 55,05% das crianças até aos 18 anos, tendo como referência o levantamento feito pela UNICEF em 2015, sobre crianças em Angola, tal como se pode ver na Tabela nº. 6 que mostra a evolução de alunos não universitários de 2001 a 2012.

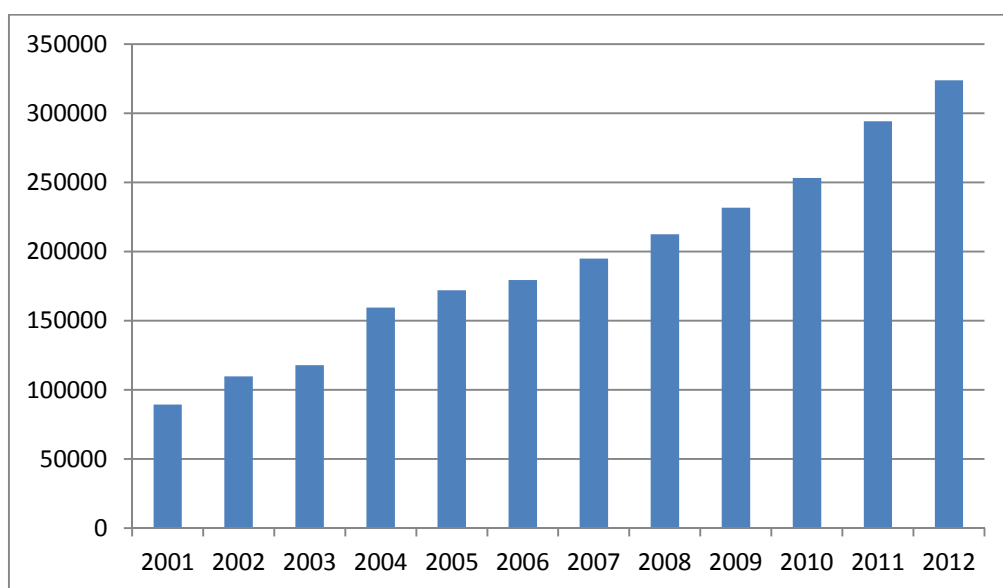
Tabela 7: Evolução do número de alunos não Universitários (2001-2012).

Antigo sistema de Educação			
Níveis	2001	2002	2003
Alfabetização	311.373	321.003	404.000
Iniciação	237.208	27.8347	537.378
Primário	1.472.874	1.733.549	2.492.274
I Ciclo	102.301	115.475	164.654
II Ciclo	89.427	109.762	117.853
Total	2.213.183	2.558.136	3.234.706

Novo sistema de Educação								
2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
323.470	334.220	366.200	389.637	502.350	517.421	532.943	561.943	578.267
678.780	895.145	842.361	938.389	711.025	690.375	663.015		570.079
3.022.461	3.119.184	3.370.079	3.558.605	3.851.622	3.967.886	4.189.853	5.022.144	5.022.144
197.735	233.698	270.662	316.664	363.210	406.795	507.943	608091	638.436
159.341	171.862	179.933	194.933	212.347	231.695	253.208	294069	323.786
4.381.787	4.754.109	5.029.235	5.398.228	5.640.544	5.814.172	6.166.962	6.741.297	7.156.600

Fonte GEPE/MED (retirado de Victorino, 2012)

Gráfico N.º 2. Alunos matriculados no II Ciclo (2001-2012)



Fonte: compilado pelo autor

Olhando para a Tabela n.º 7 e seu respetivo gráfico, consegue-se notar um aumento quantitativo do número de alunos no II Ciclo do ensino secundário, embora as variações anuais não sejam muito significativas. O governo expandiu este tipo de ensino para quase todos os municípios, mesmo sem erguer novas escolas para aumento de salas de aulas, o que constitui uma fraqueza no investimento que o Governo faz na área da Educação.

Apesar de 2007 ser o ano de expansão das escolas do I e II Ciclos do Ensino Secundário nota-se pouca aderência de estudantes de Ensino primário para o I Ciclo assim como deste para o II Ciclo. Neste ano, o número de alunos matriculados no Primeiro Ciclo representou 8,8% do total de alunos do Ensino Primário, isto porque a maior parte da população estudantil em causa está localizada nas escolas situadas em zonas rurais, impossibilitando desta forma a continuidade de estudos, já que as escolas do I Ciclo estão nas Sedes municipais (Zona Urbana). O Segundo Ciclo representa 61,56% dos alunos matriculados no primeiro Ciclo, o que constitui um ponto forte para estudantes do ciclo antecedente, isto justifica-se pela proximidade das escolas destes ciclos, já que todas estão nas zonas urbanas ou estão na vizinhança delas.

Em relação ao ensino primário, os alunos do II ciclo representaram 5,48%, o que é um ponto fraco, derivado por razões já destacadas acima, como a pouca afluência dos alunos do ensino primário ao I Ciclo. Logo, em relação ao nível em referência, é necessário mais investimento e políticas de motivação dos alunos para a continuidade dos seus estudos, com construção de mais escolas ou aumento de número de salas dos níveis em questão, nas sedes comunais e em Ombalas que agregam maior população (Ombalas são comunidades com mais de duas aldeias dirigida por uma autoridade tradicional chamado Soba e cada aldeia é controlada por Século).

É assustador o número de reprovações e abandono escolar de crianças por falta de políticas motivadoras para se manter o aluno na escola. Numa entrevista à rádio nacional do Huambo, dada pelo Diretor Municipal da educação no Longonjo, no princípio do ano letivo de 2013, era destacada a grande vantagem que têm as escolas do ensino primário, em que o aluno tem direito a merenda escolar. Aí, o número de crianças inscritas na época de matrículas permanece igual até ao fim do ano letivo, o que quer dizer que as desistências assim como o abandono são quase nulas. No entanto, são apenas 14,77% das 88 escolas existentes, havendo portanto uma larga maioria de escolas não abrangidas por aquele programa de merenda escolar, o que é extensivo a outros municípios.

Por isso, o número de reprovações e abandono é muito grande, e segundo Hagen (1971), citado por Zanmaria e Castilho (2006), esta criança que abandona a escola hoje será a força de trabalho para o futuro e também sabe-se que um país pode compensar a falta de recursos naturais por meio de um sistema de ensino melhorado. Esse sistema de ensino irá melhor capacitar o trabalhador, fazendo com que um homem-hora de trabalho

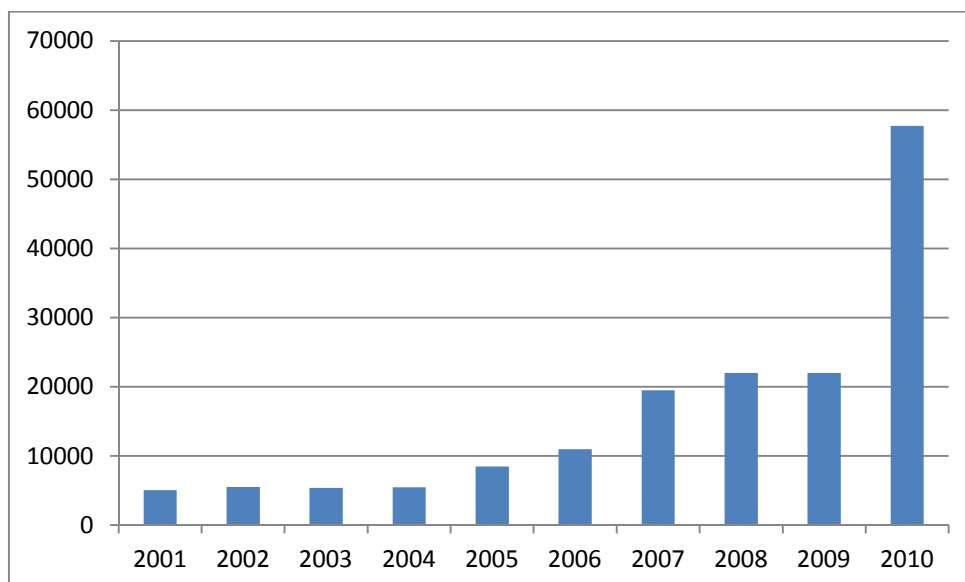
se torne “mais mão de obra” do que já tenha sido. O autor tem uma definição clara da ligação entre crescimento e educação, já que a educação de uma pessoa torna mais eficiente o trabalho das outras (Hagen, 1971, p. 273).

Tabela 8: Evolução de professores não Universitários.

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Primário	43.304	44.243	73.107	73.192	75.569	77.869	79.939	80.977	89.977	89.977	...
I Ciclo	8.096	8.313	34.325	34.889	35.663	36.200	39.920	43.719	43.719	53.012	...
II Ciclo	5.038	5.486	5.353	5.442	8.482	10.946	19.493	21.997	21.997	57.709	...
Total	58.439	60.044	112.785	113.523	119.714	125.015	139.352	146.693	155.693	200.698	218.000

Fonte: Fonte GEPE/MED (retirado de Victorino, 2012)

Gráfico N.º 3: Evolução do número de professores do II Ciclo (2001-2010).



Fonte: compilado pelo autor

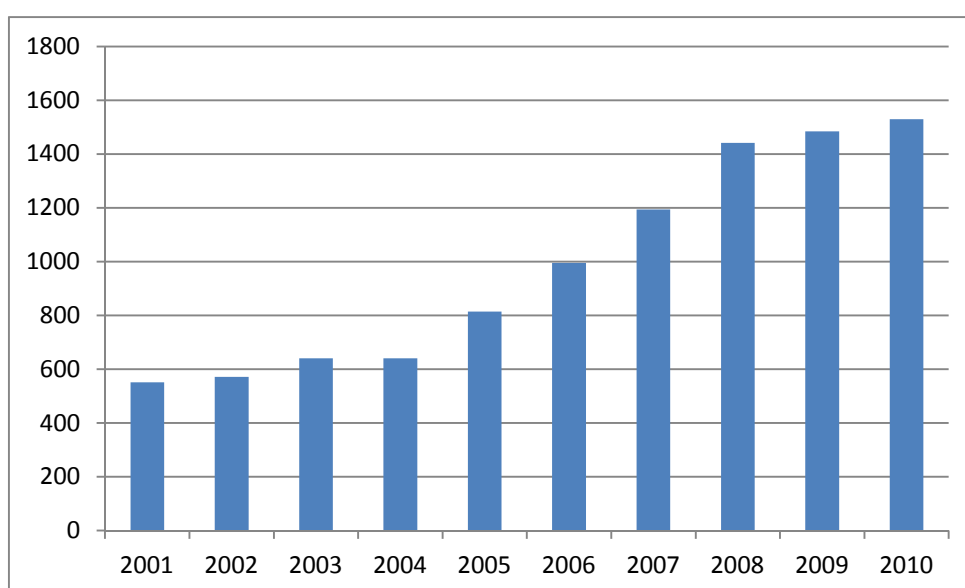
Em 2007, por causa da expansão das escolas do II Ciclo do ensino secundário, o número de professores é igual ao dobro de professores em 2006, o que implicou novos recrutamentos e aumento orçamental na Educação. Em 2010, triplicou-se o número de 2007, para diminuir o volume de alunos por professor e melhorar a qualidade de ensino, conforme se pode ler no Gráfico 3.

Tabela nº. 9: Salas de aulas (2001-2010).

Salas de aulas										
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Primário		17.236	25436	33.950	35.665	37.380	41.343	45.608	46.976	48.386
I Ciclo		1.225	1.269	1.421	1.809	2.197	2.796	3.467	3.571	3.678
II Ciclo	551	571	640	640	814	995	1.194	1.441	1.484	1.529
Total		19.012	27.276	36.288	38.288	40.572	45.333	50.516	52.031	53.592

Fonte GEPE/MED (retirado de Victorino, 2012)

Gráfico Nº. 4: Evolução do número de salas de aulas do II Ciclo (2001-2010)



Fonte: compilado pelo autor

Analisando o crescimento de número de alunos de forma geral em relação ao número de salas disponíveis todos os anos, para testar se é ou não satisfatório o investimento na educação e tendo como referência aquilo que prevê a reforma educativa em vigor no país, plasmada na Lei de Base nº13/01, que estabelece 35 alunos por salas no ensino primário e 40 para o II Ciclo, nota-se que o número de alunos por ano é desproporcional e cada vez maior em relação ao número de salas de aulas. Em 2002, tem-se aproximadamente 135 alunos por sala de aula, enquanto que no II Ciclo eram aproximadamente 199 alunos por sala e este número dividido em três turnos corresponde a 66 alunos por sala. O ano de 2007, apesar de marcar uma viragem positiva para o ensino Secundário do I e II Ciclo em todo o País, significando que este nível de ensino chega a localidades onde não existia e descongestiona as sedes provinciais e dá prioridade

de continuação de estudo à juventude nos municípios, continua a observar-se elevados números de alunos por sala, com 163 estudantes por cada sala nesse ano e 166 alunos em 2010, o que quer dizer que existe um investimento reduzido na educação e que tal deve constituir preocupação do Governo.

Tabela Nº. 10: Alunos do II Ciclo e salas de aulas no mesmo ciclo (2001-2010)

Anos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Alunos do II Ciclo	109.762	117.853	159.341	171.862	179.933	194.933	212.347	231.695	253.208
Salas de aulas no II Ciclo	551	571	640	814	995	1.194	1.441	1.484	1.529
Taxa de variação de alunos no II Ciclo		+7%	+35%	+7%	+4%	+8%	+8%	+9%	+9%
Taxa de variação de salas de aulas no II Ciclo		+3%	+12%	+27%	+22%	+20%	+20%	+2%	+3%
Rácio entre número de alunos e número de salas	199	206	249	211	181	163	147	156	166

Fonte GEPE/MED (retirado de Victorino, 2012)

Na Tabela 10, é notável o aumento de salas de aulas em função do número de alunos no período que vai de 2005 a 2008, dada pela expansão deste nível de ensino em todo país mas, apesar deste aumento, ainda é insuficiente para a cobertura total porque em 2002, 199 alunos disputavam uma sala de aulas enquanto que em 2004 uma sala era disputada por 249 alunos e em 2011 por 166 alunos. Logo, muito longe de cumprir com o estabelecido na Lei 3/01, lei de base do Sistema de Educação (2ª Reforma Educativa).

2.6. BREVE CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA DA PROVÍNCIA DO HUAMBO

O Huambo é a quarta província mais populosa de Angola, com cerca de 1.735.245 habitantes (um milhão setecentos e trinta e cinco mil duzentos e quarenta e cinco), com uma área de 35.771 km² (trinta e cinco mil setecentos e setenta e um quilómetros quadrados), de etnia predominantemente Umbundu. Wambo Kalunga foi o fundador do reino de Wambo. A sua capital é a cidade de Huambo, que dista de Luanda cerca de 600 km e está administrativamente dividida em onze municípios: Huambo, Bailundo, Ekunha,

Caála, Catchiungo (ex-Bela Vista), Londuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala-Tcholoanga (ex-Vila Nova), Tchindjenje e Ucuma (ex-Cuma). É limitado pelas províncias de Kwanza-Sul (Norte), Bié (Este), Huíla (Sul) e Benguela (Oeste).

Figura nº. 2 - Mapa de Angola e localização da província do Huambo



Fonte: Amazon.co.uk.

A sua economia está voltada essencialmente para as áreas da extração mineral e agropecuária. Esta constitui a principal atividade económica apesar de ser caracterizada por uma agricultura familiar, cujas principais produções são citrinos, batata, batata-doce, feijão, trigo, hortícolas, gado bovino, caprino, suíno e ovino, que representa 76% da atividade económica da província. Refira-se que, a província do Huambo pretende voltar a ser a principal produtora e exportadora de batata e milho do país. Nas suas extensas florestas abundam predominantemente árvores de médio porte, que alimentam a indústria da madeira e derivados, com grandes plantações de árvores xerófilas, com relevo para o eucalipto, cultivado ao longo do caminho de ferro, em mais de mil quilómetros de extensão, com muitos perímetros florestais de espécies diversificadas, apesar de existir uma exploração não controlada deste produto. A área industrial está a recuperar após a guerra civil, pois já teve o segundo maior parque industrial no país. Atualmente, em relação a fábricas, existe no Huambo um fábrica de cerveja Cuca, uma marca muito forte e conhecida em Angola, uma fábrica de refrigerantes Coca-Cola, uma de refrigerantes Blue, embora ainda com pouca atividade, uma fábrica de cimento Cola e uma pequena

indústria transformadora da madeira em contraplacado utilizado na construção. Também queremos destacar a existência de algumas fabricas de produção de blocos, material utilizado para a construção face à carência de tijolos.

De acordo com o relatório do governo provincial do Huambo de 2014, o setor industrial conta com 275 unidades de produção e 2.464 postos de trabalho, conforme a tabela a seguir.

Tabela nº 11. Unidades de produção industrial

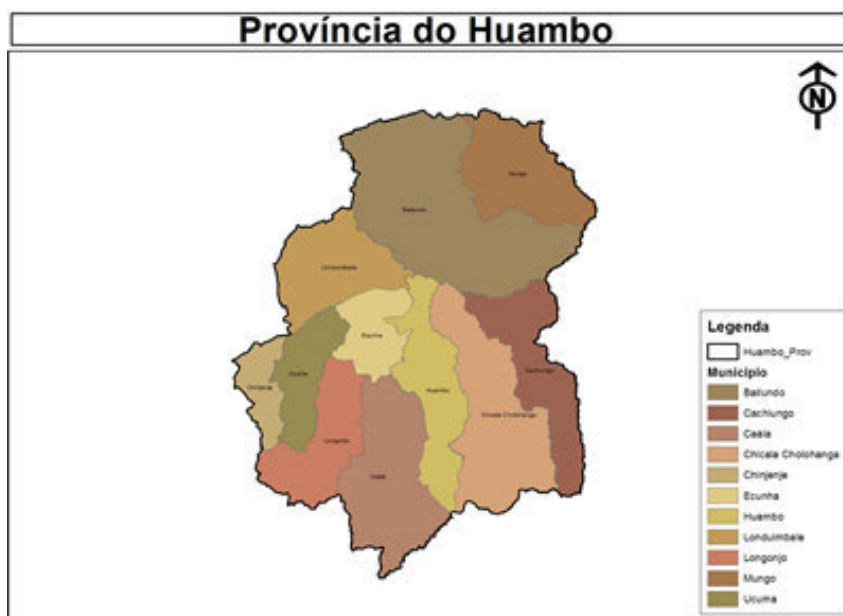
Nº	Ramos de atividade industriais	Quantidade	Colaboradores	
			Homens	Mulheres
1	Alimentar	145	974	251
2	Pesado	37	301	29
3	Ligeiro	82	817	92
Total		264	2.092	372

Fonte. Relatório do Governo Provincial do Huambo, 2014.

Também se lê no mesmo relatório que, em 2014, o setor privado investiu 678.767.600,00 kz, equivalente a 6,8 milhões de dólares norte-americanos. Destes valores, 40.517.000,00 kz foram investidos na indústria alimentar (400 mil usd), 20.590.000,00 kz em 3 unidades da indústria pesada (200 mil usd) e 617.660.600,00 kz em 33 unidades da indústria ligeira (6,2 milhões de usd) (Governo provincial do Huambo, 2014, p.17-18).

A província também possui minerais não explorados, como manganês, diamantes, volfrâmio, ferro, ouro, prata, cobre, urânio e outros. A maior altitude da província (e do país) situa-se no Morro Moco, com mais de dois mil metros de altitude, e desta zona irradiam numerosos rios e riachos em direção ao litoral e países vizinhos. A Província é cruzada pelo extenso caminho de ferro de Benguela (CFB), vindo do litoral (Lobito) e indo até à fronteira com a República Democrática do Congo. Antes da independência nacional esta era a via preferida para o escoamento dos minérios e mercadorias vindas do Congo e Zâmbia.

Figura nº. 3: Huambo e sua divisão administrativa



Fonte: Amazon.co.uk.

De acordo com o cadastramento referente a 2014 da Direção Provincial do Comércio e Hotelaria, a província possui 177 unidades hoteleiras e similares. Destes, 8 são Hotéis, estando 7 situados no município sede e um na Caála. Existem 40 pensões, com 25 delas na sede do Huambo, 22 hospedarias, 3 Aparthotel, 40 restaurantes e destes 4 estão localizados no município da Caála, 1 no Bailundo e o resto concentrado na cidade do Huambo. Existem ainda outros estabelecimentos de restauração em toda a província e na sede e uma casa de jogos - Casino Nova Lisboa - não funcional, duas salas de Festas e 4 discotecas, das quais uma em funcionamento e todas situadas na cidade do Huambo. Como se pode ver, é uma rede hoteleira não muito desenvolvida, já que está pouco distribuída pelos municípios da província, concentrando-se na sede municipal do Huambo. Por último, refira-se que o custo de quarto por dia nunca é inferior a 10.000.00 kz, equivalente a 80 usd.

Em relação à indústria transformadora, existem algumas pequenas indústrias moageiras de transformadoras de milho em farinha, mas existem em pequenas quantidades e espalhadas por toda a província e sempre com maior destaque na capital da província mas, tendo em conta a atividade agrária da sua população, aquelas deveriam existir em maior quantidade. No setor da energia, o Huambo possui desde 2012 a barragem do Ngove com uma capacidade máxima de 60 Mega Watts (MW), estando a

explorar apenas 20 Mega Watts (MW) para a cidade do Huambo, Caála e a província vizinha do Bié. Esta área será forte na diversificação da economia no país e província já que os impostos de empreendimentos que funcionam no Huambo não fazem cobertura das despesas da província, o que torna a cidade dependente do Orçamento Geral do Estado, o que pode concorrer para dificultar as Autarquias Locais, previstas para os próximos anos onde as províncias devem possuir autonomia financeira. Apesar do Huambo não produzir petróleo, é dependente deste produto. Em relação à água, a maior parte da população consome água não canalizada (não tratada) e, como consequência, registam-se muitos surtos de disenterias agudas, sarampo, paludismo apesar deste ter diminuído devido a algumas campanhas de prevenção desta doença e associadas a campanhas de alfabetização.

2.7. EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO HUAMBO

Em relação ao setor da educação, existem escolas do ensino primário espalhadas por todas as aldeias da província, a maioria delas sem infraestruturas, funcionando debaixo das árvores, em capelas e em escolas de construção provisória feitas pelas comunidades, existindo escolas do I e II ciclos nas sedes municipais, embora algumas funcionem em instalações não próprias.

O ensino primário começa a expandir-se por todo o território da Província em 2005, quando a população estudantil do II Ciclo do Ensino Secundário era atendida apenas por duas escolas, uma no Município da Caála, com 74 alunos da 12^a classe¹ e um número muito superior a este era atendida no município sede em 2006. Isto constitui um indicador muito baixo daquilo que é o conceito de desenvolvimento do PNUD. Dadas estas circunstâncias, foi concebido o Plano Nacional de Desenvolvimento a médio prazo (2013-2017) onde se destaca que para o crescimento e desenvolvimento do país é necessário valorizar em primeiro lugar o homem e que esta valorização assenta sobretudo na alfabetização e escolarização de todo o povo angolano, por este constituir a base para a formação e qualificação técnico-profissional e formação superior dos quadros, que são o baluarte para o desenvolvimento sustentável (Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, p.13).

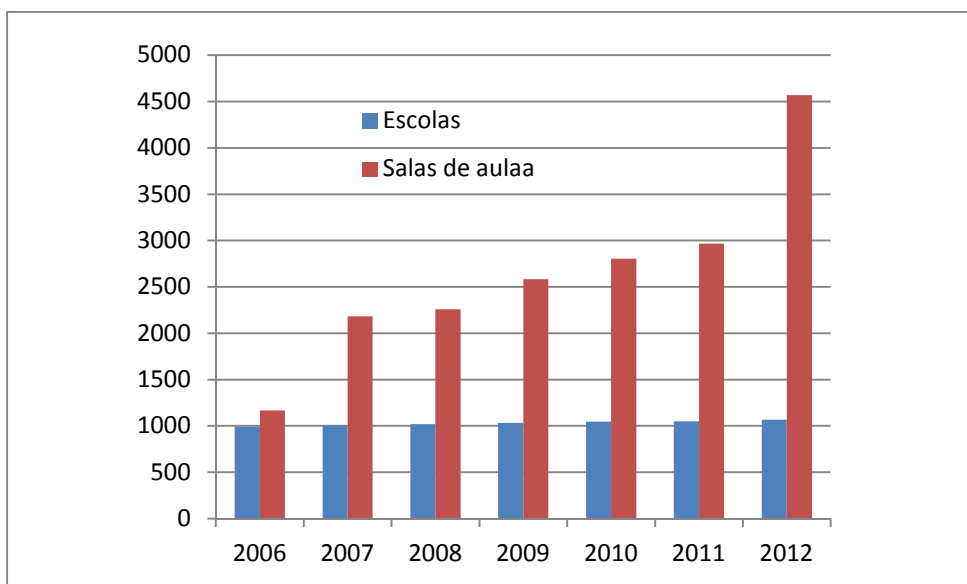
¹ Destes 28 mulheres e com um aproveitamento de 49 aprovados com 12 mulheres (Fonte: Gabinete de Estatística da Escola do II Ciclo da Caála).

Tabela n.º 12: Salas de aulas no Huambo (2006-2012)

Ano	Estruturas	
	Escolas	Salas
2006	990	1168
2007	1005	2183
2008	1020	2259
2009	1033	2584
2010	1045	2803
2011	1050	2967
2012	1068	4568

Fonte: Gabinete de Estatística da Direção Provincial da Educação do Huambo (compilado pelo autor)

Gráfico n.º 5: Escolas e salas de aulas no Huambo (2006-2012)



Fonte: compilado pelo autor

A Tabela 12 mostra o aumento do número de salas de aulas. Em 2007, ano da expansão do ensino secundário do I e II Ciclos, temos quase o dobro de salas em relação a 2006 e em 2012 o número de salas é superior ao de 2007. Neste ano foram erguidas

escolas com 26 salas quase em todos os municípios da província do Huambo, o que, significa haver aumento de investimento na educação ao nível do governo local e diminuição de crianças a estudarem em condições desfavoráveis, como se pode ver na tabela nº. 12 e gráfico nº. 5.

Em 2006, as escolas do II Ciclo foram atendidas por 400 professores dos quais 123 do sexo feminino distribuídos apenas em dois municípios como o da sede e o da Caála. Isto é, para concluir o II ciclo o estudante tinha que deslocar-se para um destes municípios. Na Caála, havia 55 professores dos quais 22 eram do sexo feminino segundo os dados estatísticos da escola em referência. Neste ano atenderam apenas 117 alunos da 10ª classe, 94 alunos 11ª classe e 74 da 12ª classe totalizando 243 alunos. Em 2009, o município ganha uma nova infraestrutura com 12 salas de aulas e capacidade de albergar 1500 alunos e responder à procura destes serviços.

A tabela a seguir reflete os números da alfabetização na Província do Huambo por municípios em 2012, atingindo apenas uma média aproximada de 0,54% da população atual, o que nos permite concluir que existe pouco desempenho na implementação dos programas de alfabetização por parte do Governo local.

Tabela nº. 13. Alfabetizados por municípios no Huambo (2012)

Municípios	Matriculados		Aprovados		Desistência		Reprovados	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
Bailundo	525	269	429	216	52	27	54	26
Caála	1896	1103	1548	892	209	124	139	87
Catchiungo	510	343	304	188	108	96	98	59
Ekunha	768	443	655	379	27	15	86	49
Tchindjenje	542	269	459	223	44	24	39	22
Chicala	411	179	307	126	34	15	70	38
Londuimbale	379	152	208	75	58	17	113	60
Longonjo	469	246	385	201	40	17	44	28
Huambo	2847	1626	2008	1140	146	75	693	411
Mungo	426	178	264	120	104	41	58	17
Ucuma	362	187	266	138	42	19	54	30
Total	9135	4995	6833	3698	864	470	1448	827

Fonte: Secção de Estatística e Planeamento da Direção Provincial da Educação no Huambo.

Segundo os dados estatísticos da Direção Provincial da Educação no Huambo, em 2007, estavam matriculados 562.699 alunos (quinhentos e sessenta e dois mil e seiscentos

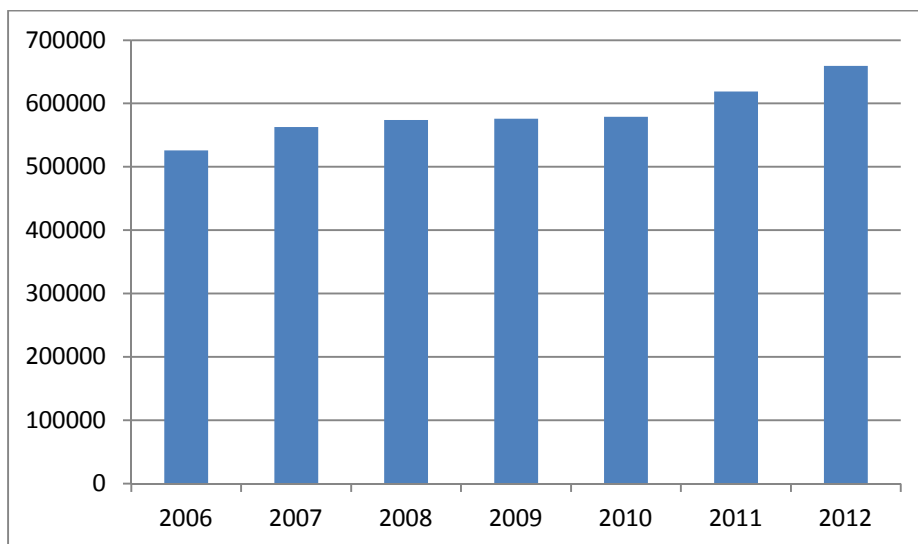
e noventa e nove alunos), destes 10.360 estudantes (dez mil e trezentos e sessenta alunos) são do II Ciclo, atendidos por 701 professores com Bacharelato e Licenciatura com a categoria de professores Diplomados no II Ciclo do ensino secundário em 1.005 escolas, perfazendo 2.183 salas de aulas e, pelo número muito reduzido de salas de aulas em geral, leva-nos a concluir que a maior parte dos estudantes estuda em condições precárias. Já em 2012, houve um acréscimo de 17,15%, em relação ao ano de 2007, num total de 659.193 alunos com 1.068 escolas num total de 4.568 salas de aulas e o II Ciclo do Ensino secundário tinha 30.145 alunos e destes 13.036 mulheres. Apesar do aumento do número de salas de aulas, a precariedade continua, o que exige maior investimento nesta área por parte do Governo e abertura para o envolvimento da área privada.

Tabela nº. 14: Alunos matriculados no Huambo (2006-2012)

2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
525.912	562.699	573.952	575.875	579.034	618.895	659.193

Fonte: Gabinete de Estatística da Direção Provincial da Educação do Huambo (compilado pelo autor).

Gráfico Nº. 6: Matrículas gerais no Huambo.



Fonte: compilado pelo autor.

Note-se que, o número de alunos sofreu um crescimento ligeiro entre 2007 e 2010, crescimento que quase não é notável por muitas razões: alguns encarregados de educação

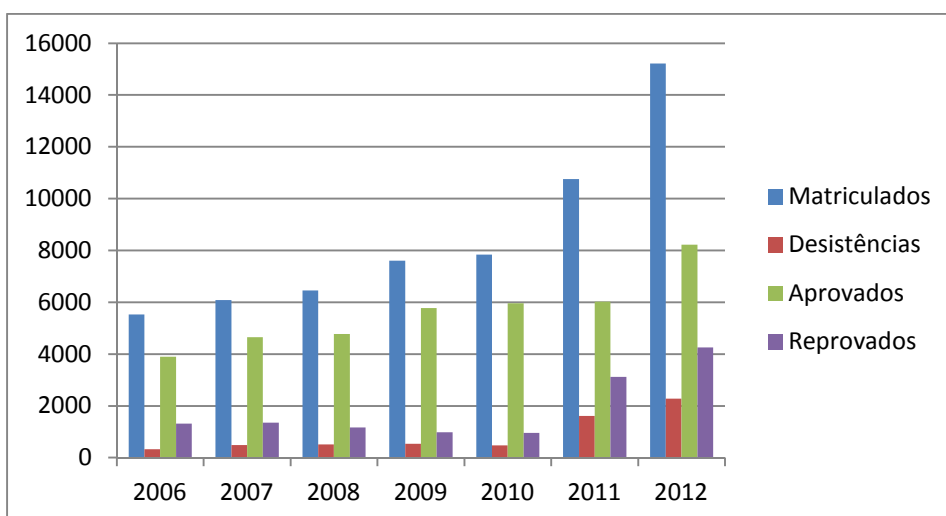
começaram a erguer suas habitações nas terras onde residiam antes dos conflitos e estas zonas não tinham escolas por serem novas áreas.

Tabela nº. 15: Alunos matriculados na 10ª classe no Huambo (2006-2012)

Ano	10ª classe							
	Matriculados		Desistências		Aprovados		Reprovados	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
2006	5531	2685	322	154	3892	1897	1317	634
2007	6079	2766	485	210	4237	1954	1357	602
2008	6452	2860	516	229	4775	2116	1161	515
2009	7607	3627	532	354	6092	2757	983	516
2010	7837	3641	470	318	6414	2767	953	556
2011	10755	5055	1613	758	6023	2831	3119	1466
2012	15218	6969	2283	1145	8674	3763	4261	2061

Fonte: Gabinete de Estatística da Direção Provincial da Educação do Huambo (compilado pelo autor).

Gráfico nº. 7: Alunos matriculados na 10ª classe no Huambo (2006-2012)



Fonte: compilado pelo autor.

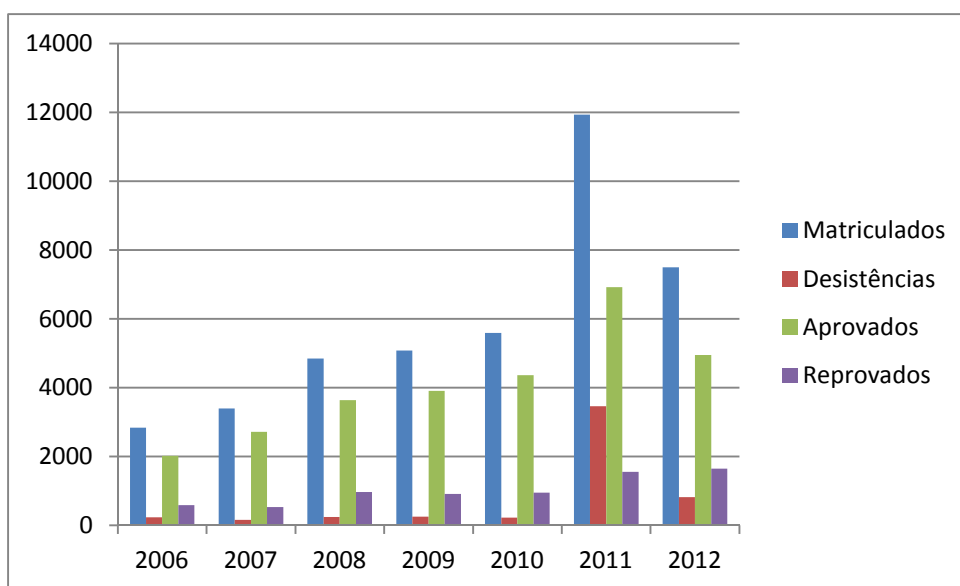
O Gráfico n.º 7 permite-nos perceber o comportamento dos alunos da décima classe em diferentes anos. Em 2012, somando os reprovados e as desistências, vemos que tal perfaz quase 50% dos matriculados, o que constitui um desperdício orçamental nesse ano e não só, pois também os gastos familiares no princípio do ano em batas, mochilas, cadernos, lapiseiras e outros materiais, que às vezes ultrapassam 50.000 akz (500 usd), serão desperdiçados. Sente-se também que quem mais perde é a sociedade e o próprio Estado angolano, que terá de continuar a pagar por aqueles que reprovam, começam e não terminam e, principalmente, aqueles que não tiveram possibilidade de frequentar aquela escola porque não tinham vaga (Zanmaria e Castilho, 2006).

Tabela n.º 16. Alunos matriculados na 11ª classe no Huambo (2006-2012)

Ano	11ª classe							
	Matriculados		Desistências		Aprovados		Reprovados	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
2006	2842	1375	234	113	2022	978	586	284
2007	3401	1582	159	75	2713	1261	529	246
2008	4847	2211	242	111	3636	1658	969	442
2009	5078	2140	254	107	3910	1648	914	385
2010	5595	2749	224	111	4420	2166	951	472
2011	11927	5486	3459	1591	6917	3182	1551	713
2012	7500	3724	825	403	5025	2516	1650	805

Fonte: Gabinete de Estatística da Direção Provincial da Educação do Huambo (compilado pelo autor)

Gráfico n.º 8. Alunos matriculados na 11ª classe no Huambo (2006-2012)



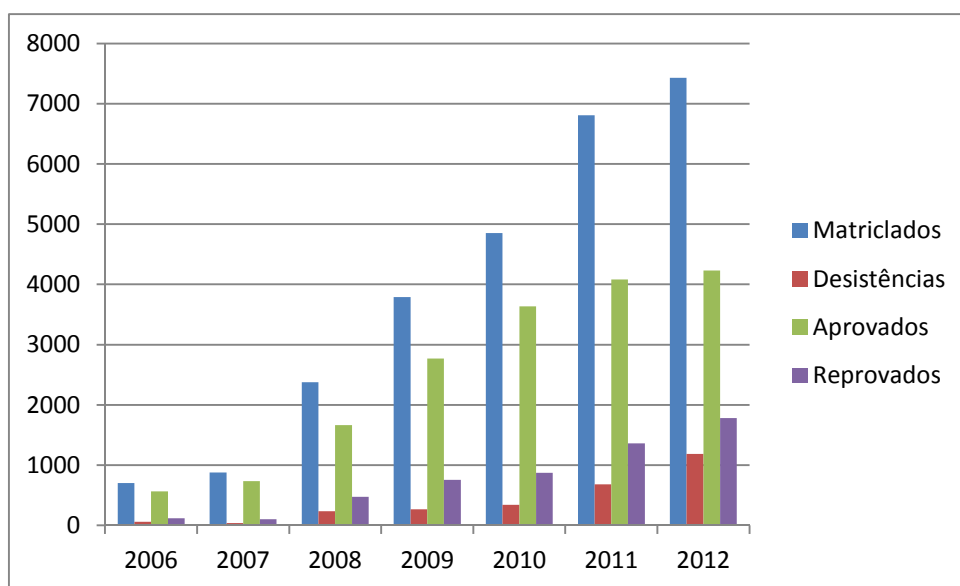
Fonte: compilado pelo autor

Tabela n.º 17. Alunos matriculados na 12ª classe no Huambo (2006-2012)

Ano	12ª classe							
	Matriculados		Desistências		Aprovados		Reprovados	
	MF	F	MF	F	MF	F	MF	F
2006	705	395	58	39	528	285	119	71
2007	880	423	40	16	737	362	103	45
2008	2378	1149	238	115	1664	804	476	230
2009	3792	1810	265	127	2769	1321	758	362
2010	4850	2397	340	168	3637	1798	873	431
2011	6807	2818	681	313	4765	1879	1361	626
2012	7427	3366	1188	555	4456	1978	1783	833

Fonte: Gabinete de Estatística da Direção Provincial da Educação do Huambo (compilado pelo autor)

Gráfico n.º. 9. Alunos matriculados na 12ª classe no Huambo (2006-2012)



Fonte: compilado pelo autor

No gráfico percebe-se claramente que dos poucos alunos matriculados em cada ano a sétima parte destes não terminam o ano, alguns por condições sociais precárias, ou devido à distância entre as suas localidades e a escola ou por outros motivos. Em 2012, este fenómeno foi muito forte no Huambo, onde a soma das desistências com os reprovados é quase igual ao número dos aprovados, o que implica desperdício de recursos financeiros por parte do Governo da província e das famílias.

Os quadros e gráficos apresentados a seguir permitem-nos perceber as classes com maiores reprovações dadas por várias razões como: passagem para um novo Ciclo de ensino, adaptação a novos conteúdos e métodos de pesquisa, a própria qualidade de ensino nos níveis de ensino anteriores.

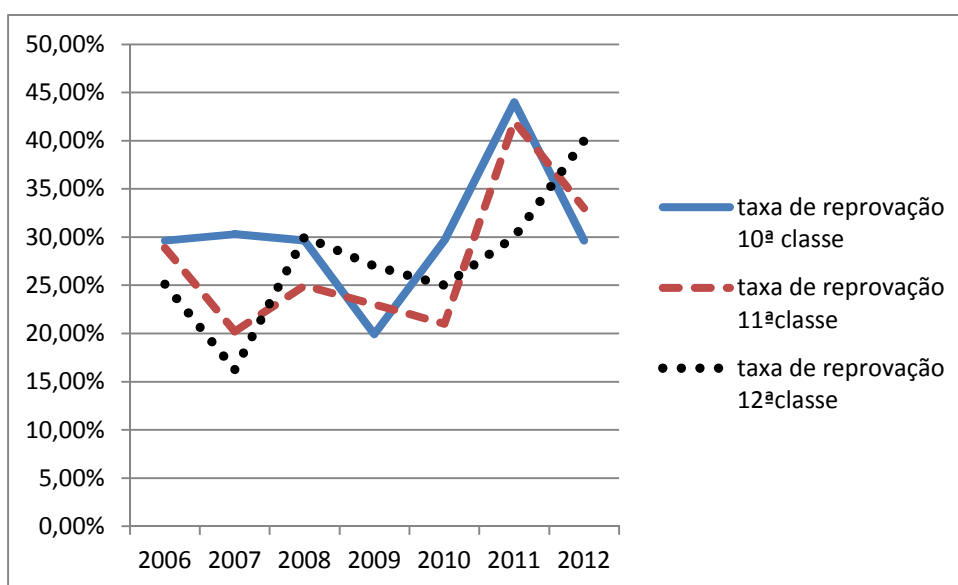
Olhando para a tabela n.º. 14 e gráfico n.º. 10 é notável que existam mais reprovações nas décimas classes em relação a outras classes, isto porque é a classe de adaptação a outro nível de escolaridade, novos professores com novas exigências, disciplinas académicas nunca vista por eles como informática que em Angola e no ensino geral só começa no primeiro ano do II Ciclo. Além disso, já existem trabalhos de investigação, uma acomodação diferente, até melhor, e outros fatores.

Tabela nº 18: Taxa de reprovação no II Ciclo Huambo.

Ano	taxa de reprovação 10ª classe	taxa de reprovação 11ª classe	taxa de reprovação 12ª classe
2006	29,63%	28,85%	25,11%
2007	30,30%	20,23%	16,25%
2008	29,63%	24,98%	30,03%
2009	19,92%	23%	26,98%
2010	29,63%	21%	25%
2011	44,00%	42,01%	30,00%
2012	29,63%	33%	40%

Fonte: compilado pelo autor

Gráfico nº 10: Taxa de reprovação



Fonte: compilado pelo autor.

No capítulo seguinte, quando nos debruçarmos sobre o investimento em educação, faremos o cálculo das perdas do Governo em relação às reprovações e abandonos.

Em suma, verificamos a ineficácia do sistema de ensino causada pelos elevados índices ou taxas de reprovação e abandono escolar, baixas taxas de promoção e retenção, baixa qualidade de ensino ligado ao nível de conhecimentos adquiridos pelos alunos após conclusão de um ciclo de ensino, devido aos desajustes dos programas de ensino, sistema de avaliação e qualidade do corpo docente e inadequação entre o nível de investimentos

feitos no setor e as necessidades reais do sistema traduzido pela insuficiente rede de infraestruturas escolares, fraca cobertura do sistema (cerca de 1.000.000 de crianças em idade escolar fora do sistema) e pela falta de meios de ensino, equipamentos e mobiliário (MED, 2001).

Voltando a olhar para a tabela nº. 13 e respetivo gráfico, é muito grande o desperdício de valores económicos dado pelo baixo aproveitamento e abandono escolar por parte dos estudantes se tivermos em conta o custo por aluno que é de 47.263.00 kz (1usd=110,248 kz em 2015), aproximadamente durante um ano, no ensino primário da 1ª a 6ª classe, 151.120.00 kz, no I Ciclo do ensino secundário por ano e no ensino secundário do II Ciclo, isto tendo como referência a escola Xavier Samacau com 12 salas de aulas, um ginásio, 4 laboratórios, uma biblioteca funcional e uma sala de professores, concebida para albergar 1500 alunos.

De acordo com o Decreto Executivo nº 362/06 de 20 de novembro, o salário médio do professor era aproximadamente igual a 95.751,65kz (1.275.3 usd, 75.08kz=1 usd), até quase 2008, sendo o trabalhador administrativo remunerado com 11.088.00 kz (147.7 usd). Depois disso criou-se o Decreto nº3/8, de 4 de março que aprova o Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos Especialistas de Administração da Educação, o Decreto-Executivo nº 42/08, de 20 de março que aprova o Regulamento para a atualização do enquadramento dos professores no Estatuto Orgânico da Carreira Docente e o Decreto nº7/08, de 23 de abril, que cria o Sistema de Avaliação de Desempenho da Educação adequado à matriz do novo Estatuto Orgânico da Carreira Docente, todos estes para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, o salário e as condições sociais do professor e o desempenho do próprio aluno.

Assim, a partir de 2008, as escolas do Segundo Ciclo do Ensino Secundário no país, e algumas do Primeiro Ciclo passam a ter orçamentos independentes para despesas com pessoal (salários) e bens de serviço, que varia em função do número de funcionários e alunos. Por exemplo, a Escola Xavier Samacau em 2008 teve um orçamento de 43.758.763,00 de kwanzas (582.828,5 usd, 75,08 AOA=1 usd), enquanto a escola com a mesma capacidade no município da Caala nesse mesmo ano teve um parcelar de 38.838.471,70 de kwanzas, devendo-se a diferença ao número de funcionários.

Dividindo este último valor pelo número de alunos matriculados na escola Xavier Samacau teremos o custo real por aluno e multiplicando pelo número de alunos matriculados poderemos ter uma visão aproximada, extrapolando, do que se gasta durante um ano, assim como o desperdício de investimento nas escolas do Segundo Ciclo do ensino Secundário, como mostraremos na tabela a seguir.

Tabela nº. 19. Custo anual por aluno (extrapolando a partir da Escola Xavier Samacau)

Ano	Alunos matriculados no II Ciclo em Angola	Custo por aluno	Custo total no II Ciclo em kuanzas	Custo total no II Ciclo em dólares norte-americanos
2008	212.347	32.792,37	6.963.361.392,39	92.745.889,62 (1usd=75.08AOA)
2009	231.695	49.498,40	11.468.531.206,4	139.962.548,3 (1usd=81.94AOA)
2010	253.209	66.080,80	16.732.187.206,4	188.531.686,8 (1usd=88.75AOA)
2011	294.069	67.143,14	16.744.716.036,7	188.672.856,8 (1usd=88.75AOA)
2012	323.786	186.708,11	60.453.471.456,9	

Fonte: compilado pelo autor.

3. INVESTIMENTO PÚBLICO E INVESTIMENTO PRIVADO NA EDUCAÇÃO

3.1. INVESTIMENTO PÚBLICO EM ANGOLA

O maior desafio para qualquer país é a formação de quadros para a sustentação e diversificação da economia o que implica desenvolvimento económico. Segundo Furtado, citado por Bragança (2012), “o desenvolvimento socioeconómico pode ser definido genericamente como o processo no qual o crescimento económico e humano estão interligados em uma relação de dependência”.

Segundo Donin e Conte (2013), “o orçamento público é a base para as instituições iniciarem o processo de execução orçamentária e financeira, buscando atingir as metas estabelecidas em seus programas e ações governamentais” que é de melhorar a qualidade de ensino e o desempenho cada vez maior do professor. Segundo os mesmos autores, o “orçamento é um plano expresso em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa”. Para Kohama (2009), citado por Donin e Conte (2013) “o orçamento público é, em um plano mais amplo político e teórico, um plano de longo prazo, ou seja, projeta-se para o futuro o que se pretende alcançar em termos ideais. Para isso, elaboram-se planos de médio prazo onde são esboçadas as ações a serem desenvolvidas para os próximos anos”. Segundo Donin e Conte (2013) “O orçamento tradicional tinha como principal função o controle político, já o orçamento moderno, como explica Giacomoni (1998), tem a função de ser instrumento de administração pública”. Em outras palavras, Angélico (1995), citado por Donin e Conte (2013) define que “orçamento público é um planeamento de aplicação dos recursos esperados, em programas de custeios, investimentos, inversões e transferências durante um período financeiro”.

Em Angola, o Governo Central disponibiliza atualmente uma verba para as escolas orçamentadas para salários e outros serviços. Como vimos na Tabela nº. 18, em 2008, gastou 6.963.361.392,39 kuanzas a nível nacional, equivalentes a 92.745.889,62 dólares americanos, isto tendo como referência o orçamento atribuído à escola do II Ciclo do Ensino Secundário Xavier Samacau.

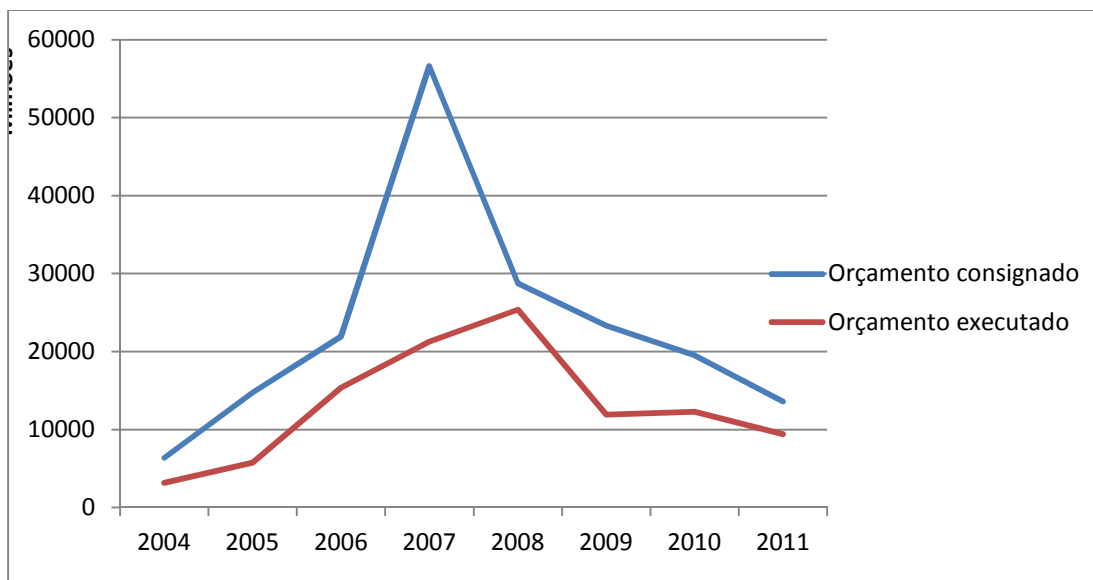
O Orçamento Geral do Estado para educação foi aumentando de 2004 até 2007, depois sofreu uma baixa de 2008 a 2011 devido à crise económica mundial, conforme se pode ver na tabela a seguir. Mesmo assim, em média, tal corresponde a um crescimento anual de praticamente 10%.

Tabela nº 20: Orçamento atribuído à Educação (2004-2011)

Ano	% OGE para Educação	Orçamento consignado	Orçamento executado	% de Execução
2004	10,47	6.366.744.276	3.162.433.343	49,7
2005	7,14	14.745.165.432	5.777.855.991	39,2
2006	3,82	21.922.130.115	15.378.806.603	70,2
2007	5,61	56.612.454.181	21.255.669.587	37,5
2008	7,91	28.763.464.733	25.380.901.577	88,24
2009	7,91	23.313.077.250	11.929.214.494	51,2
2010	7,6	19.526.502.710	12.273.476.401	62,9
2011	8,11	13.616.952.216	9.412.971.688	69,1

Fonte: Relatório de avaliação Global da Reforma Educativa

Gráfico nº. 11. Orçamento Geral do Estado para Educação.



Fonte: compilado pelo autor. (valores em milhões de kwanzas)

A seguir mostraremos uma tabela onde se espelha o Orçamental atribuído ao Ministério da Educação e a respetiva execução de 2008 a 2011, assim como o salário mínimo e máximo para o professor do II Ciclo.

Tabela nº. 21. Salário mínimo e máximo do professor do II ciclo (valores em kwanzas)

Ano	Salário mínimo do professor	Salário máximo do professor	Salário médio do professor	Orçamento consignado a educação	Orçamento executado
2008	41.164,30	150.339,30	95.751,80	28.763.464.733	25.380.901.577
2009	108.662,40	217.324,80	162.993,60	23.313.077.250	11.929.214.494
2010	111.925,60	223.851,60	167.888,60	19.526.502.710	12.273.476.401
2011	117.969,60	235.939,20	176.954,40	13.616.952.216	9.412.971.688
2012	123.868,10	247.736,20	185.802,15

Fonte. Secção de Finanças e Património da Escola Xavier Samacau e Relatório de avaliação global da reforma educativa (2014. P.47). Valores em kwanzas.

Com base ao Orçamento consignado à educação pode calcular-se o Custo por aluno dividindo o mesmo por todos os alunos no sistema geral de ensino, matriculados por ano. Para a melhoria da qualidade de ensino e para garantir um bom desempenho profissional por parte do professor pois, segundo Caleiro (2008), “um aumento no nível educacional deveria associar-se a um aumento no nível de produto”. Em 2008, foi aprovado o Decreto nº 3/08, de 4 de março que Aprova o Estatuto da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação, expresso no Diário da República de Angola nº.40/08.

Este Estatuto distribui os profissionais da educação em quatro categorias de acordo com o nível ou as habilitações literárias no momento em que foi publicado o Decreto, sem importar o nível em que trabalha.

1. Professor do Auxiliar do Ensino Primário do 1º ao 6º Escalão, foram reconvertidos nesta categoria professores com habilitações inferiores a 12ª classe;
2. Professores do Ensino Primário Diplomados, nesta categoria estão os que tem o ensino médio concluído;
3. Professores do Ensino Secundário do I Ciclo Diplomados também constam desta categoria os que têm o ensino médio concluído com agregação pedagógica, do 1º ao 6º escalão;
4. Professores do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 1º ao 8º Escalão, e fazem parte desta categoria professores com Bacharelato, Licenciado, Mestre e Doutorados.

Esta divisão por categoria diz respeito aos benefícios individuais da educação, relativamente bem conhecidos, nomeadamente ao nível dos estudos de Economia do Trabalho. Neste campo, por exemplo, a educação é um elemento fundamental no crescimento económico por via da produtividade do trabalho. O aumento da produtividade, quando acompanhado de aumentos de salários, resulta em acréscimos no nível de vida, não só por via da redução da pobreza mas também pela melhoria na facilidade de acesso aos cuidados de saúde, daí resultando um acréscimo na esperança de vida. Desta forma, implicitamente, está-se a assumir um impacto direto da educação sobre variáveis económicas, existindo subsequentemente impactos indiretos ao nível, por exemplo, do aumento da esperança de vida (ou mesmo da redução da fecundidade, associada sobretudo ao aumento do nível educacional feminino) (Caleiro, 2008).

Também existe o que chamamos de benefício social com a criação deste Decreto porque sendo a educação um aumento no capital humano, é também importante na formação de capital social, o qual, aparentemente, tem um efeito positivo sobre o crescimento económico (Caleiro, 2008).

A tabela a seguir mostra a evolução salarial do professor desde o ensino primário ao segundo ciclo.

Tabela nº. 22. Evolução salarial do professor (2004-2011) (valores em kwanzas).

Ano	Professor do Ensino Primário Auxiliar	Professor do Ensino Primário e I Ciclo Diplomado	Professor do II Ciclo Diplomado
2004	12.219,00	19.550,40	28.103,70
2005	14.069,00	22.510,40	32.358,70
2006	15.949,81	25.519,70	36.684,56
2007	17.897,54	28.636,06	41.164,34
2008	25.872,00	41.395,20	59.505,60
2009	26.286,00	42.057,60	60.457,80
2010	28.088,00	44.940,80	117.969,60
2011	35.390,88	53.086,32	123.868,00

Fonte: compilado pelo autor.

Na tabela 22 percebe-se o salto qualitativo dos salários entre 2007 e 2008, onde temos um aumento de 44,56%, para os professores dos quatro níveis de ensino, produto da implementação do Decreto nº 3/08, de 4 de março que aprova o Estatuto da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação e com este a valorização do Docente. Entre 2010 e 2011, o aumento é de 26%, tudo para garantir o bem estar social do professor e o aumento do rendimento da família do docente e desta forma garantir a qualidade de ensino que é a aposta do governo angolano, enquanto em outros anos o aumento salarial situa-se entre os 13,37% e os 15,14%.

3.2. INVESTIMENTO PÚBLICO NO HUAMBO

Segundo o Departamento de Investimento Público do Gabinete de Estatística e Planeamento, o governo da província do Huambo ampliou e construiu novas escolas em quase todos os municípios da província e realizou um investimento no valor de 741.997.140,68 kz, equivalente a 8.360.531,16 usd (1usd=88,75AOA) para construir quatro escolas de vinte e seis salas de aulas em 2011, nos municípios de Ekunha, Tchindjenje, Mungo e Chicala Cholohanga, o que constitui uma parcela significativa do valor orçamental atribuído à província. Também em 2011, gastou 318.000.000 kz (trezentos e dezoito milhões de kwanzas), equivalente a 3.583.098,59 usd, na construção de um complexo escolar de formação de professores do futuro no município do

Londuimbale, 42,86% do valor investido para a construção das 104 salas anteriormente referenciadas, o que nos leva a concluir que este ano foi o de maior investimento. Já de 2012 a 2014, foram construídas sete escolas para os diferentes níveis de escolaridade, com destaque para o II Ciclo do Ensino do Secundário, fazendo assim um total de 107 salas de aulas, das quais 78 pertencem ao II Ciclo, perfazendo 78% das salas construídas neste período, custando aos cofres do Estado (Governo do Huambo) um valor de 849.663.490,49 kz, sem destacar os valores que foram investidos na construção de duas escolas do II Ciclo, com 12 salas cada, de 2007 a 2008, nos municípios da Caála e sede da província, e duas escolas do Ensino primário nos bairros periféricos do município sede para diminuir o número de crianças que estudavam em condições desfavoráveis (entre 2009 e 2010). Queremos aqui observar que estas escolas foram construídas no âmbito do programa de investimento público porque existem outros, como o de Combate à Fome e Pobreza, que também ergueu algumas escolas nos municípios de forma independente.

3.3. INVESTIMENTO PRIVADO NO HUAMBO

Depois de alcançar a independência, Angola aderiu à via socialista com uma economia planificada onde tudo dependia do Estado. Este regime não permitia o investimento privado, o que atrasou o desenvolvimento do país e impediu a necessária diversificação da economia. Como o privado não podia investir, aquelas escolas que antes eram pertença da Igreja Católica ou de algumas igrejas cristãs foram todas confiscadas pelo Estado Angolano, passando a ser propriedade do Estado e pondo fim ao desenvolvimento da classe privada. Após a assinatura dos primeiros acordos de paz e a realização das primeiras eleições em 1992, o país adotou uma economia de mercado e o Governo devolveu tudo o que tinha confiscado às entidades privadas, dando assim nova vida a esta área.

Até 2014, na província do Huambo existiam 21 colégios do ensino primário do II Ciclo do ensino geral e 4 de formação técnica profissional, criados e reconhecidos pelo Governo da Província e Ministério da Educação em Angola. Estas escolas albergam um total de 16.577 alunos e destes 6.603 são do II Ciclo do ensino geral e técnico profissional, atendidos por 247 trabalhadores administrativos e 867 professores, que perfazem 4,85% dos professores vinculados ao Ensino Público, distribuídos da seguinte forma:

Tabela nº. 23. Escolas privadas e alunos matriculados em 2014.

	NOME DO COLÉGIO	ALUNOS	PESSOAL	
		MATRICULADOS	ADMINISTRATIVO	DOCENTES
1	ABEL E JULIETA	435	7	62
2	ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA	410	8	32
3	BATISTA DA PAZ	92	5	15
4	BOM PROMOTOR DE ENSINO	450	5	28
5	CAMPOS CHIUCA	1161	8	26
6	CARLOS E VASCO	602	6	21
7	CHIMUCO PIALO	294	13	18
8	EFETIKILO	52	5	11
9	EL SHADDAI I	795	22	85
10	EL SHADDAI II	418	8	28
11	ESCOLA POLIT. DO HUAMBO	594	26	68
12	FÉ APOSTÓLICA LAZARO PEDRO	631	6	29
13	GAMALIEL	836	8	46
14	KALEPE E MECIANA	671	4	15
15	MARSON E FILHOS	660	5	32
16	MISSIONARIA DOM BOSCO	826	0	0
17	MISSIONARIA DA VENCEDORA	201	8	36
18	N. Sra IMACULADA CONCEIÇÃO	1154	0	0
19	NOVO REFLEXO	1284	14	58
20	POLITÉCNICO J.G.M	936	5	50

21	QUINTAS E SACANJILA	966	12	24
22	RAIO DE LUZ	211	6	38
23	SOL NASCENTE	752	23	55
24	CHISSOLA	747	28	28
25	TWAPANDULA	1399	15	62
	TOTAL	16577	247	867

Fonte: Secção do ensino privado do Huambo

Numa ronda realizada em 11 dos 25 colégios existentes na província constatou-se a ampliação dos mesmos: o Colégio Quintas Sacanjila, que atualmente funciona com 12 salas de aulas, está a ampliar o mesmo para mais 24 salas, perfazendo assim 36 salas, gastando cerca de 2.400.000 kz, ou seja, cerca de 18.420,45 dolares (1 usd=130,290 kz), por mês em despesas com pessoal (Gabinete administrativo de “Quintas e Sacanjila”). A tabela a seguir mostra o crescimento de salas de aulas com a qualidade desejada das escolas privadas visitadas, o que mostra o grande investimento privado, sendo de destacar que as salas previstas já se encontram na fase de acabamento.

Tabela nº. 24. Despesa com pessoal e salas de aulas no setor privado.

	COLÉGIOS	DESPESA MENSAL COM PESSOAL	SALAS DE AULAS	PREVISÃO
1	MARSOM	385.000.00kz=2.954,95usd((1usd=130,290kz)	7	32
2	RAIO DE LUZ	437.000.00kz=3.354,056usd	11	4
3	NOVO REFLEXO	2.000.000.00 KZ=15.350,37usd	14 + multiuso	13
4	COLÉGIO ADV. DO SÉTIMO DIA	1.113.000.00KZ=8.542,48USD	10	26
6	ABEL E JULIETA	819.000.00KZ=6.285,98usd	9	13
7	QUINTAS SACANJILA	2.400.000.00kz=18.420,45usd	12	
8	EYAVALA	800.000.00	13	
9	SÃO FRANCISCO DE ASSIS			
10	EL SHADDAI		10	10
11	CARLOS E VASCO			

Fonte: compilado pelo autor.

4. ANÁLISE POR QUESTIONÁRIO

Para constatação das condições sociais dos mentores do processo de ensino e aprendizagem, elaborou-se um questionário (apresentado em anexo).

Foram preenchidos cento e vinte (120) inquéritos de forma aleatória, em quatro municípios, junto de agentes da educação, nomeadamente Diretores de Escolas do II Ciclo e professores de vários Ciclos. No conjunto dos inquiridos, cinco são Pós-graduados, um é mestre, oitenta e cinco são licenciados, vinte e quatro são bacharéis, três possuem o Ensino Médio e dois não têm designação académica, conforme ilustra a tabela a seguir:

Tabela nº. 25. Diretores e professores inquiridos

Professores						
Inquiridos	Pós-graduado	Mestre	Licenciado	Bacharel	Ensino médio	Sem designação
120	5	1	85	24	3	2

Fonte: compilado pelo autor.

Dos dois professores que não indicaram as habilitações literárias (“sem designação”), um tem menos de cinco anos e o outro tem entre cinco e dez anos de experiência de trabalho no setor. Em relação aos três professores com o Ensino médio, um tem menos de cinco anos de experiência, um tem entre cinco e dez anos e o outro tem entre quinze e vinte anos de experiência. Dos vinte e quatro professores inquiridos com o Bacharelato, sete têm menos de cinco anos de trabalho, nove têm entre os cinco e dez anos de serviço, seis entre os dez e quinze anos e dois têm mais de vinte anos de trabalho no setor da educação, conforme mostra a tabela número 26.

Tabela nº. 26. Professores por tempo de serviço.

Habilitações	Menos de 5 anos	Mais de 5 e menos de 10 anos	Mais de 10 e menos 15 anos	Mais de 15 e menos de 20 anos	Mais de 20 anos
Pós-graduação	2	1		2	
Mestre	1				
Licenciado	16	40	15		14
Bacharel	7	9	6		2
Ensino médio	1	1	1		
Sem designação	1	1			
Total	28	52	22	2	16

Fonte: compilado pelo autor.

Relativamente à questão 6, “atualmente, exerce a sua profissão maioritariamente no ensino público ou privado”, 108 responderam ensino público e apenas 12 estão afetos ao ensino privado.

4.1 SALÁRIO DO PROFESSOR ATÉ 2007

Até 2007, o salário era considerado como insuficiente ou mesmo mau, tal como ilustram os números na tabela número 27. Os baixos valores oferecidos aos professores obrigavam-nos a ter outras vinculações laborais.

Tabela nº. 27. salário do professor até 2007.

PROFESSORES INQUIRIDOS	CLASSIFICAÇÃO SALARIAL					
	Muito Boa	Boa	Satisfatória	Insuficiente	Má	Sem opção
120	0	2	10	53	39	16

Fonte: compilado pelo autor.

4.2 CONDIÇÕES DE VIDA DO PROFESSOR ATÉ 2007

Os professores tinham más condições de vida e, dadas essas más condições, os mentores do processo de ensino e aprendizagem eram vistos com muito desprezo pela sociedade e pelo próprio aluno. Era assim muito difícil encontrar candidatos para o recrutamento de professores porque esta profissão não era rentável.

Tabela nº. 28. Condições de vida do professor até 2007.

PROFESSORES INQUIRIDOS	CONDIÇÕES DE VIDA DO PROFESSOR					
	Muito Bom	Bom	Satisfatório	Insuficiente	Más	Sem opção
120	0	2	10	53	39	16

Fonte: compilado pelo autor.

As tabelas nº. 27 e 28 são iguais porque aqueles que dizem ser insatisfatório ou mau o seu salário também concordam nas piores condições de vida até 2007.

4.3. DESEMPENHO DO PROFESSOR E APROVEITAMENTO DO ALUNO ATÉ 2007

De acordo com os argumentos acima resumidos dados pelos inquiridos, ligamos o desempenho do professor ao rendimento escolar do aluno. Como se pode ver na tabela abaixo, apesar de péssimas condições provocadas pelo mau salário, o aproveitamento era satisfatório. Dos professores inquiridos, 3,33% afirmam ser muito bom o desempenho e aproveitamento do estudante, 24,17% afirmam ser bom e 40% afirmam ser satisfatório, tal como mostra a tabela nº. 29.

Tabela nº. 29. Desempenho do professor e aproveitamento do aluno.

	Muito Bom	Bom	Satisfatório	Insuficiente	Mau	Sem opção	Total
Desempenho do professor	4	29	48	21	2	16	120
Aproveitamento do aluno	4	29	48	23	0	16	120

Fonte: compilado pelo autor.

4.4. LEI 03/08 DE 04 DE MARÇO

Esta lei aprova o Estatuto Orgânico da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação. Em relação à lei, 71,67% dos professores afirma ter trazido mudanças positivas para o professor, tal como vemos na tabela número 30, porque depois da transição para o Estatuto os salários melhoram significativamente, aumentou o poder de compra e o professor cresceu em todos os sentidos. Assim, já é possível fazer certas poupanças e fazer planos de curto e médio prazo a construção da casa própria, aquisição de meio de transporte para o trabalho, quer dizer estava reposta a posição e respeito do professor e também os mesmos ganharam credibilidade junto das instituições bancárias.

Tabela nº. 30. Influência da Lei 03/08 de 04 de março no salário do professor.

Professores						
Inquiridos	Muito positivas	Positivas	Não	Negativas	Muito negativas	Sem escolha
120	4	86	11	0	0	19

Fonte: compilado pelo autor.

Em relação aos benefícios acreditamos que trouxe mudanças positivas, enumerando os inqueridos benefícios como a aquisição ou construção de casa própria, com todos os elementos de uma casa condigna de um professor, as compras a crédito, ou não, de meio de transporte para o trabalho, a alimentação melhorada para a família, a possibilidade de fazer poupanças e a confiança bancária para obter um crédito. Tal como podemos ver na tabela número 31, 67,5% afirmam que a lei trouxe alguns benefícios, 10,83% acham que foram muito os benefícios, 5% afirmam não ter trazido nada e apenas 1,67% dos professores afirmam ter sido prejudicial.

Tabela nº. 31. Benefícios da Lei 03/08.

Professores						
Inquiridos	Muitos benefícios	Alguns benefícios	Não	Prejudicial	Muito prejudicial	Sem escolha
120	13	81	6	2	0	18

Fonte: compilado pelo autor.

No que toca ao aproveitamento dos alunos depois da aplicação da Lei 03/08 de 04 de março, cerca de 60% de professores afirmam que melhorou e 4,17% dizem que melhorou muito, isto porque os estudantes têm acesso a novas tecnologias de comunicação como a internet, já existem laboratórios em algumas escolas para ligar a teoria com a prática, o que torna o aluno ser bom em todos os sentidos, aumentou o número de escolas e professores, assim como a melhoria das condições sociais do mesmo e da escola, existe uma supervisão escolar rigorosa, e verificou-se a auto superação do quadro docente, aumentando assim a sua auto estima.

Também de acordo com a tabela 32, 9,17% dos professores afirmam que o rendimento escolar se manteve devido a má aplicação da reforma educativa, da falta de aplicação dos alunos e aos salários dos professores ainda não satisfatórios e 13,33% afirmam ter regredido o rendimento dos alunos por causa da reforma educativa, sendo o recrutamento de pessoas não ideal para o ensino ou seja sem agregação pedagógica, deficiência que trazem das classes anteriores e a falta da ligação da teoria com a prática.

Tabela nº. 32. Aproveitamento escolar depois da aplicação da Lei 03/08.

Professores						
Inquiridos	Melhorou muito	Melhorou	Está igual	Piorou	Piorou Muito	Sem escolha
120	5	72	11	16	0	16

Fonte: compilado pelo autor.

4.5. CONCLUSÕES

O nosso trabalho inquiriu 120 professores de quatro escolas distribuídos por quatro municípios da província do Huambo, concretamente, uma escola em cada um dos seguintes municípios: Huambo (município sede), Bailundo, Ekunha e Longonjo e doze (12) Diretores de escolas privadas. No final do trabalho, em relação às questões constantes no inquérito, conclui-se que em relação às condições de 2008, 44,17% dos inquiridos afirmou que o salário era insuficiente, 32,5% afirmou ser mau, o que perfaz quase 76,67% de descontentamento salarial.

Concluimos assim que, até 2007, o professor ganhava mal porque o que recebia não satisfazia as necessidades económicas e sociais dos responsáveis pelos processos de ensino e aprendizagem e nem sequer cobria as pequenas necessidades familiares, o que tornava muito difícil o crédito bancário para outros projetos. Também a auto estima do professor era muito baixa, a ponto de ter vergonha do próprio aluno porque este se apresentava melhor que ele. Com a entrada em vigor da Lei 03/08, de 04 de março, que aprovou o Estatuto da Carreira dos Docentes do Ensino Primário e Secundário, Técnicos Pedagógicos e Especialistas de Administração da Educação, acompanhado pelo Decreto-Executivo nº 42/08 de 20 de março, que aprovou o Regulamento para a atualização do enquadramento dos professores no Estatuto Orgânico, a sorte do professor mudou consideravelmente se tivermos em conta a confiança social que ganha. Além disso, algumas escolas passam a ter acesso a novas tecnologias e laboratórios para a ligação da teoria com a prática, o que ajuda muito o trabalho docente do professor e torna o aluno cada vez melhor em muitos sentidos.

Esta melhoria salarial aumentou o poder de compra, permitiu conceber projetos a curto e médio prazo, como a aquisição de uma viatura para os trabalhos pessoais ou a construção da casa própria, e fez com que o professor estivesse mais presente no seu local de trabalho, porque já recebe o necessário para ele e para a sua família. Isto vê-se claramente através do inquérito realizado, pois 67,5% (81 professores dos 120 inquiridos) afirmam terem sido beneficiados com a implementação da Lei e 10,8% (13 dos 120 inquiridos), chegam mesmo a referir ter conseguido muitos benefícios.

CONCLUSÃO

Após o conflito interno, que durou mais de 30 anos e que culminou em 2002, fruto do acordo do Moxico celebrado pelas partes envolvidas, Angola registava um grande défice educacional, pois o conflito provocou uma maior concentração da população estudantil e das suas famílias nas zonas urbanas. Além disso, devido à insuficiência de infra-estruturas escolares, muitas crianças ficaram fora do sistema de educação. O nosso trabalho faz uma abordagem ao investimento realizado pelo Governo angolano para a superação das deficiências provocadas pela guerra, podendo observar-se o aumento exponencial do número de alunos, o recrutamento de novos professores e o aumento do número de salas de aulas no período de 2007 a 2012. Este período marca a expansão das escolas do subsistema do Ensino Secundário, especificamente o II Ciclo. Faz-se também referência de forma particular à situação da educação na Província do Huambo. Foi-nos possível obter dados através de uma carta dirigida ao Diretor Provincial da Educação, que autorizou a abertura para a disponibilização de dados por parte dos diretores de escolas do II Ciclo e de algumas secções de educação na província. Com a colaboração de alguns Diretores de escola e chefes de secção, foi possível reunir os dados necessários para este trabalho, tendo-se procedido a uma análise cuidadosa do investimento realizado pelo Governo Angolano. Analisa-se igualmente o rendimento escolar dos alunos e avalia-se a pirâmide de permanência no sistema de ensino e o equilíbrio em relação aos alunos que entram no ensino primário pela primeira vez e os que terminam cada ciclo de formação, até terminarem o último ano do ensino secundário. Também é avaliado o desempenho e a aplicação dos próprios professores na melhoria da qualidade de ensino, contribuindo assim para recompensar o investimento do Governo na melhoria dos salários dos trabalhadores do setor da educação. Na execução deste trabalho, sentiram-se muitas dificuldades na obtenção de dados numéricos por parte de muitos chefes de secção da Direcção Provincial de Educação e do próprio Governo da província. É também de destacar o fraco empenho de muitos professores no preenchimento das questões do inquérito e o facto de alguns não terem devolvido as fichas e, em alguns casos, não ter sido possível sequer entender as ideias escritas na fichas. Outra deficiência consiste na disparidade de dados nos documentos consultados, apesar de todos tratarem do mesmo assunto.

Em síntese, foram estas as principais dificuldades encontradas:

- O acesso a dados por falta da colaboração de alguns diretores de escolas, chefes de secções da educação e professores, mesmo com autorização do Chefe máximo da educação na província;
- A disparidades de dados em documentos oficiais consultados;
- A demora na obtenção das respostas ao inquérito;
- A má interpretação das questões do inquérito.

Relativamente a sugestões ou recomendações decorrentes do nosso trabalho, destacamos:

1. A necessidade do governo criar políticas incentivadoras que permitam a permanência dos alunos no sistema de ensino, justificando-se assim o trabalho e o salário do professor;
2. A necessidade de um maior rigor na supervisão escolar, dado o número de alunos que reprovam e deixam de continuar os seus estudos;
3. Tal como estão atualmente distribuídas as escolas do ensino primário, é igualmente necessária a construção de escolas do I e II Ciclo do ensino secundário de forma paulatina nas Ombalas Grandes, para que o mesmo fique próximo do aluno que precisa dar continuidade aos seus estudos;
4. A necessidade de ser realizado um estudo profundo sobre as causas subjacentes às reprovações e desistências em todos os subsistemas de ensino.

Esperamos que com este trabalho estejamos a dar um contributo para um melhor entendimento da atual situação do sistema de educação angolano, o que será um elemento importante para a definição de políticas futuras para a sua gestão.

BIBLIOGRAFIA

ANGÉLICO, J. (1995). *Contabilidade Pública*. 8ª edição, Ed. Atlas, São Paulo – Brasil.

AZANCOT (2014). *Estudo de casos sobre a Reforma Educativa*. ADRA - Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiental, Luanda.

BAD (2012). *African Economic Outlook*. Banco Africano de Desenvolvimento, disponível em <http://www.africaneconomicoutlook.org/>.

BANCO BIC (2014). Internacionalização da economia angolana. Lisboa, 3 e 4 de junho, BANCO BIC.

BRAGANÇA, G. O. (2012). Educação: o desafio nacional para o desenvolvimento socioeconômico, artigo não publicado.

CALEIRO, A. (2008). Educação e Desenvolvimento: que tipo de relação existe?. In *1º Encontro Luso-Angolano em Economia, Sociologia e Desenvolvimento Rural*. Univesidade de Évora, outubro de 2008.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (2000). Introduction: The discipline and practice of qualitative research, in N.K. Denzin e Y.S. Lincoln (eds.), *Handbook of qualitative research*, 1-29. Second Edition. California: Sage Publications, Thousand Oaks.

DONIN, S. e CONTE, N. (2013). Um estudo do investimento público em educação básica e o desempenho dos alunos em avaliações nacionais nos municípios pertencentes à associação dos municípios da encosta superior do nordeste do rio grande do sul – amesne, III Congresso de Informação de Custos e Qualidade do Gasto no Setor Público, Brasília - DF, 9 a 11 de outubro.

ECHAUDEMASON, C.-D. (2012). *Dicionário de economia e ciências sociais*. Porto: Porto Editora.

FELICIO, F. (2008). *Fatores Associados ao Sucesso Escolar: Levantamento, Classificação e Análise dos Estudos Realizados no Brasil*. Brasil: Fundação Itau Social.

FERREIRA, P. M. (2012). Entre o saber e o fazer: a educação na cooperação portuguesa para o desenvolvimento. Estudo no âmbito da Campanha Global pela Educação, Lisboa: Fundação Gonçalves da Silveira.

GATTI, Bernardete Angelina (2002). *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Editora Plano, 86 p.

GIACOMONI, J. (1998). *Orçamento público*. Ed. Atlas, São Paulo - Brasil.

GOVERNO PROVINCIAL DO HUAMBO (2014). *Relatório do Governo Provincial do Huambo*, Huambo - Angola.

IMF (2012), *Angola-African Economic Outlook*. Fundo Monetário Internacional.

- JANESICK, V. (2000). The Choreography of Qualitative Research Design: Minuets, Improvisations, and Crystallization. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The Handbook of Qualitative Research* (pp. 379-400). Thousand Oaks, California, Sage Pub.
- LOPES, C. (2012). Mudança de paradigma em Angola: da Ajuda de Emergência ao Desenvolvimento. In II COOPEDU, Centro de Estudos Africanos do ISCTE, Lisboa, julho.
- KALUKEMBE, J. (2009), *Chicoronho*, Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- KOHAMA, H. (2009). *Contabilidade Pública*, Ed. Atlas, São Paulo - Brasil.
- MED (2001). *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*. Ministério da Educação, Luanda, Angola.
- MED (2004). *Plano de Educação para Todos*. Ministério da Educação, Luanda, Angola.
- MED (2003a). *Comparação entre o Sistema de Educação em vigor e o Sistema de Educação a Implementar*. Angola, Luanda, Angola: INIDE.
- MED (2003b). *Relatório explicativo dos Organigramas do Sistema de Educação*. Angola, Luanda, Angola: INIDE.
- Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda, Angola.
- Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial (2013). *Relatório Preliminar da Consulta com o Setor Governo Sobre Visão do Governo de Angola para o Desenvolvimento pós-2015*. Angola, Luanda, Angola: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.
- NGULUVE, A. K. (2006). *Política educacional angolana - 1976-2005*. SÃO PAULO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.
- PNUD (2008). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007-2008*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa. IPAD.
- PNUD (2010). *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Lisboa. IPAD.
- RIBEIRO, A; REAL, E. e CAPELLA, M. (2009). *Planejamento e Avaliação: Subsídios para Ação Docente*. Editora SENAC.
- SAKUKUMA, A. (2012). Análise crítica do programa de reforma educativa para o ensino do português na 7ª classe em Angola. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade de Lisboa.
- SERAPIONI, Mauro (2000). Métodos qualitativos e quantitativos: algumas estratégias para a integração, *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1), 187-192.
- SERRANO, A. e FIALHO, C. (2005). *Gestão do conhecimento – o novo paradigma das organizações*. Lisboa: Informática.

SILVA, E. A. e CARVALHO, M. J. (2009). Educação em Angola (des)igualdades de género: quando a tradição cultural é fator de exclusão. In Atas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia, Braga: Universidade do Minho.

SILVA, I. A. (2014). *Educação Socialmente Responsável*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Faculdade de Educação.

SILVA, R. M. (2013). *A importância da educação na manutenção da paz e reconstrução de Angola*. Lisboa: UNIVERSIDADE AUTONOMA DE LISBOA.

SOUSA JÚNIOR, F. de (2002). O desenvolvimento Humano e os investimentos em Formação Médica caso de Moçambique. *Documento de Trabalho nº63*, CesA, Lisboa.

UNICEF (2008). *Relatório sobre a situação do país - Angola*. UNICEF, Luanda.

VICTORINO, S. C. (2012). O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola. *Revista Dialogos: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: Domínio Sociopolítico*, 17(1), 9-16.

ZANMARIA, N. A.; CASTILHO, M. L. (2006). Gastos públicos com Educação e seus Reflexos no Crescimento Econômico Brasileiro. *Revista Faz Ciência*. 08.01, pp.123-148.

ZAU, F. (2002). *Angola - trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.

ANEXO – Inquérito realizado

INQUÉRITO

O tipo de perguntas constantes neste formulário baseia-se em questões de resposta fechada e aberta, devendo o entrevistador conduzir a sessão.

Este questionário é dirigido a Diretores e professores do II Ciclo do Ensino secundário e pretendemos saber as melhorias de condições de trabalho, sociais e económicas do professor, assim como o seu desempenho laboral e o rendimento académico / aproveitamento do aluno.

PARTE 1

Caracterização do respondente:

1. **Sexo** Masculino ____ Feminino ____

2. **Idade** ____ anos

3. Habilitações académicas

Ensino primário ____

Ensino médio ____

Ensino Superior

Bacharel ____

Licenciado ____

Pós-graduação ____

Mestre ____

Doutorado ____

4. Há quanto tempo exerce funções de docente?

Mais de 20 anos ____

Mais de 15 anos e menos de 20 anos ____

Mais de 10 anos e menos de 15 anos ____

Mais de 5 e menos de 10 anos ____

Menos de 5 anos ____

5. Atualmente, é docente/diretor em que nível de ensino?

Ensino primário ____

I Ciclo do ensino secundário ____

II Ciclo do ensino secundário ____

Ensino médio ____

Formação de Professores ____

Ensino ____

6. Atualmente, exerce a sua profissão maioritariamente no ensino

Público ____

Privado ____

PARTE 2

7. Em 2007, antes da aprovação da lei 3/08 de 04 de março, quais eram os salários dos professores do II Ciclo do ensino secundário. Indique um valor máximo e um valor mínimo

a) Máximo ____

b) Mínimo ____

8. Face o salário auferido em 2007, antes da aprovação da lei 3/08 de 04 de março, como enquadra o poder de compra do professor, relativamente ao salário mínimo?

Muito Bom ____ Bom ____ Satisfatório ____ Insuficiente ____ Mau ____

9. Como eram as condições de vida do professor no ano de 2007?

Muito Boas ____ Boas ____ Satisfatórias ____ Insuficientes ____ Más ____

10. Justifique a escolha feita na questão anterior:

11. Na realidade de 2007, antes da aprovação da lei 3/08 de 04 de março, como classifica o desempenho global dos professores na altura?

Muito Bom ___ Bom ___ Satisfatório ___ Insuficiente ___ Mau ___

12. Como é que classifica o aproveitamento escolar por parte dos alunos nessa altura?

Muito Bom ___ Bom ___ Satisfatório ___ Insuficiente ___ Mau ___

13. Justifique a escolha feita na questão anterior:

14. Com a entrada em vigor da lei 03/08 de 04 de março, considera que houve alguma modificação no salário mínimo do professor?

Muito positiva ___ Positiva ___ Não ___ Negativa ___ Muito negativa ___

15. Justifique a escolha feita na questão anterior:

16. Em termos de poder de compra, a lei 03/08 de 04 de março trouxe benefícios?

Muitos benefícios ___ Alguns benefícios ___

Não ___ Foi prejudicial ___ Foi muito prejudicial ___

17. Justifique a escolha feita na questão anterior:

18. Face à realidade de 2008, como avalia as condições de vida do professor?

Melhoraram muito ___ Melhoraram ___

Estão iguais ___ Pioraram ___ Pioraram muito ___

20. Considerando o ano de 2008, em termos globais, o aproveitamento escolar dos alunos sofreu modificações?

Melhorou muito ___ Melhorou ___

Está igual ___ Piorou ___ Piorou muito ___

21. Justifique a escolha feita na questão anterior:

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.